

# Santos Brasil Participações S.A.

(Companhia aberta)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Santos Brasil Participações S.A. (Companhia), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades brasileiras ou estrangeiras e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres ou afins.

Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. (Santos-Brasil), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphapart Participações S.A., empresa aberta desde 1998 que jamais exerceu qualquer atividade operacional, para que viesse a funcionar como sociedade *holding* com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A. (Companhia). Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua subsidiária integral.

A incorporação das ações foi efetivada, sem dissidência entre os acionistas, resultando no aumento de capital da Companhia para R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que esses detinham, observada a relação de 1 ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.

As units são negociadas pelo *ticker* STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, sob observância, das práticas de Governança Corporativa - Nível 2.

Em 31 de julho de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010 incorporou o acervo líquido de sua controlada Tecon Imbituba S.A., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11-e.1.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010 incorporou a parcela cindida de sua controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., conforme Nota Explicativa nº 1-d. O acervo líquido decorrente da incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 11-e.3.

#### ***a. Contexto operacional da Santos-Brasil S.A. (Santos-Brasil)***

A controlada Santos-Brasil tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, desde 29 de novembro de 1997, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em janeiro de 2010, a controlada Santos-Brasil inaugurou a área denominada Tecon 4, representada pela expansão do pátio em 112.715 m², totalizando uma área de 596.715 m², e a construção de mais um berço, originada do Aditivo ao Contrato de Arrendamento celebrado em julho de 2006.

***b. Contexto operacional da Mesquita S.A. Transportes e Serviços (Mesquita)***

A controlada Mesquita tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada, desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação, exportação, e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois CLIA's (Centro Logístico Industrial Alfandegado).

***c. Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (Tecon Imbituba)***

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, desde 7 de abril de 2008, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 1/2007 - Administração do Porto.

***d. Contexto operacional da Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. (Union)***

A controlada Union, inicialmente, tinha como um dos objetos a exploração comercial do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém, e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços do Tecon de Imbituba, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data.

Em 4 de janeiro de 2010, a controlada Union, através da sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos – TEV, tendo como objeto a administração, operação e investimentos nas instalações portuárias, visando a movimentação e armazenagem de veículos, nas correntes de exportação, importação e cabotagem, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data (Nota Explicativa nº 13-a).

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, contemplando 27.500 mil m² aproximadamente, mediante a solicitação e aprovação da administração do porto.

Em 31 de dezembro de 2010 foi efetivada a cisão parcial da controlada Union, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010. A parcela incorporada por sua controladora refere-se ao Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, e a parcela remanescente ao Terminal de Exportação de Veículos – TEV.

***e. Contexto operacional da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (Convicon)***

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres, e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

***f. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon 1, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP***

A controlada Santos-Brasil além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu o compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período), as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual (MMC), de embarques e desembarques nas operações dos navios. A MMC era de 274.500 contêineres por ano, até o final do 5º ano e passou para 363.000 a partir do 6º ano, conforme o contrato original. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% da somatória das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Primeiro Aditamento ao contrato original, assinado em 3 de julho de 2006, a MMC de 363.000 vigorará até o 48º mês a partir da obtenção da Licença de Instalação (LI), fornecida pela CETESB, referente à área acrescida pelo Tecon 4, que se deu em 19 de outubro de 2007. A partir do 49º mês, ou seja, 19 de outubro de 2011, a MMC passará a ser de 513.000 por ano. Este aditamento, incluiu nas MMCs acima, a meta de 70.000 contêineres na movimentação na navegação por cabotagem.

O contrato de exploração prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por contêiner movimentado acima de duas vezes a MMC. Tais valores variam: (i) de R\$4,00 por contêiner movimentado que exceder o dobro da MMC, quando a movimentação se situar no intervalo de duas a três vezes a faixa mínima aplicável, e (ii) de R\$2,00 por contêiner movimentado que exceder a MMC para os casos em que a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima estipulada.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, ora em utilização pela Santos-Brasil, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término ou a extinção do contrato.

***g. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon Imbituba, com a Companhia Docas de Imbituba - CDI***

A Tecon Imbituba tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 65.000 contêineres no 1º ano de atividade, 150.000 no 2º, 280.000 no 3º e de 360.000 a partir do 4º ano de atividade. Tal compromisso não vem sendo cumprido, gerando assim, em 31 de dezembro de 2010, multa no montante de R\$6.041, contabilizada como custo dos serviços prestados.

O compromisso de investimentos mínimos contempla, numa primeira etapa, obras de ampliação da retroárea existente, bem como a construção de área administrativa, *gates*, armazém, obras de reforço e contenção do berço e a expansão deste berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e retroárea compatíveis com as instalações, ou sejam, guindastes móveis de cais (*MHC - mobile harbour crane*), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Numa segunda etapa, deverá ser pavimentada uma nova retroárea, adicional à primeira. Novos equipamentos de cais e retroárea deverão ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do terminal.

Compondo a parcela fixa do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$128, no 1º ano de atividade, e de R\$179, a partir do 2º ano.

Compondo a parcela variável do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, no valor de R\$52,00 por contêiner movimentado.

Padrões operacionais mínimos foram estabelecidos, de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, pelo menos, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

***h. Compromissos principais do Contrato de Exploração do Terminal de Carga Geral, com a Companhia Docas de Imbituba - CDI***

A Union tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, ruas, cercas, portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do ISPS Code e PSPP (Plano de Segurança Pública Portuária do Porto de Imbituba), bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

Como remuneração acordada com a CDI, a controlada é obrigada a pagar R\$1,50 por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada e R\$3,32 por tonelada, por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre.

A Union tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano até o término do contrato.

***i. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Terminal de Veículos - TEV, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP***

A Union tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 182.931 veículos no 2º ano de atividade, 214.147 no 3º, 250.691 no 4º, 293.470 no 5º, e de 300.000 a partir do 6º ano de atividade.

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao terminal e ao cais público, e a construção de gate e guarita para acesso interno do terminal.

Compondo a parcela mensal do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$228, e R\$11,01 por veículo movimentado. Referente a utilização da infraestrutura, existe o compromisso de pagamento mensal no valor de R\$49.

***j. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Convicon, com a Companhia Docas do Pará - CDP***

A Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de pelo menos 20.000 m<sup>2</sup> do lote A, e aquisição de equipamentos, necessários para que este esteja apto a movimentar o mínimo de 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo Contrato de Exploração do Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$10,00 por contêiner cheio movimentado, R\$2,00 por contêiner vazio movimentado, e R\$1,00 por contêiner movimentado de carga unitizada.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, ora em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do IGP-M.

***k. Termo de Permissão de Uso do Terminal de Exportação de Veículos - TEV***

Em 13 de agosto de 2003, a controlada Santos-Brasil foi informada pela CODESP, de que esta autoridade portuária havia autorizado, por meio de Termo de Permissão de Uso - TPU, a utilização, a título precário, da área denominada TEV - Terminal de Exportação de Veículos, para atender, prioritariamente, à movimentação de veículos.

A iniciativa da CODESP objetivava estruturar, no menor prazo possível, um novo terminal que pudesse atender a demanda prevista com o crescimento da exportação de veículos fabricados no Estado de São Paulo, evitando o desvio da mencionada produção para outros portos, o que representaria perdas para a economia regional e ônus desnecessários para as exportações brasileiras.

Em maio de 2009, a CODESP iniciou processo licitatório contemplado na Concorrência nº 06/2009 (“Licitação”), cujo objeto era o arrendamento da área de 164.961 m<sup>2</sup>, aqui denominada TEV. A Licitação foi, nos termos do artigo 15, inciso II, da Lei nº 8.987/95, realizada na modalidade de maior lance. Da Licitação participou a controlada Union.

Em 3 de julho de 2009, a Administração da Companhia comunicou ao Mercado, que a Union recebeu da CODESP, a correspondência DC. 258/2009 (Convocação para celebração do Contrato de Arrendamento), na qual aquela foi informada do encerramento da Licitação e convocada para celebrar o Contrato de Arrendamento contemplado na Licitação. Dessa forma, a Union sagrou-se vencedora da Licitação, cujo objeto é o arrendamento da área de 164.961 m<sup>2</sup>, situada em Conceiçãozinha, Guarujá, na margem esquerda do Porto de Santos.

O arrendamento tem prazo de 25 (vinte e cinco) anos, renovável, uma única vez, por igual período de tempo, e confere a vencedora o direito de operar o terminal de Veículos – TECON 2/TEV.

Em 8 de julho de 2009, após ser considerada vencedora do leilão, foi celebrado o Contrato de Arrendamento e a filial da controlada Union, no município do Guarujá, assumiu as operações do TEV em 4 de janeiro de 2010. A controlada Santos-Brasil, até então, como permissionária do TPU que regulamentou as operações do TEV foi ressarcida pelos valores dos investimentos que realizou, aceitos e aprovados pela CODESP, no montante de R\$41.230.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE foi notificado da operação, na forma da Lei, e não se manifestou em contrário.

## **2 Base de preparação**

### ***2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)***

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil (CPCs);
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com os CPCs;

As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC nº 37 foi aplicado.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2011.

## ***2.2 Base de mensuração***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## ***2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação***

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## ***2.4 Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 18 – Arrendamento - Consolidado.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 24 – Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL);
- Nota nº 17 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - Consolidado.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas, de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

#### *a. Base de consolidação*

- *Combinações de negócios*

Não houve aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data.

Para aquisições efetuadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, como parte da transição para o IFRS e CPC, a Administração da Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócios. Com relação às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto à redução de seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

- *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.



## ***b. Moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

## ***c. Instrumentos financeiros***

- ***Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

### ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

### ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, precatórios, empréstimos e financiamentos, debêntures, entre outros.

- *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- *Capital social*

*Ações ordinárias e preferenciais*

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Nossos controles não identificaram derivativos embutidos nas transações realizadas nos exercícios de 2010 e 2009.

**d. Investimentos**

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

**e. Imobilizado**

- *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## *f. Ativos intangíveis*

- *Ágio*

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

O ágio é medido pelo custo e amortizado pelo prazo da concessão. O ágio sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detém direitos de exploração, são amortizados pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

- *Concessões de serviços públicos*

As controladas da Companhia, Santos-Brasil, Tecon Imbituba, Union e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamentos, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 13. Essas Companhias atuam sob regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC nº 01 – Contratos de Concessão (*International Financial Reporting Interpretations Committee* IFRIC nº 12), em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente, dessa forma não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência desse pronunciamento.

- *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13.

**g. Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

#### ***h. Benefícios a empregados***

##### *Transações de pagamentos baseados em ações*

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

##### *Benefícios de término de vínculo empregatício*

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes.

##### *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### *Plano de contribuição definida*

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme Nota Explicativa nº 6-d.

***i. Redução ao valor recuperável – Impairment***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio logística, conforme Nota Explicativa nº 28. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009.

***j. Provisões***

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

***k. Receita***

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

***l. Pagamentos de arrendamentos***

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

### ***m. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, e Pis e Cofins sobre os juros sobre o capital próprio. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### ***n. Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

***o. Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação.

***p. Informações por segmento***

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente do Grupo (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

***q. Demonstrações de valor adicionado***

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

***r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas***

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- *Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters;*
- *Improvements to IFRS 2010;*
- *IFRS 9 Financial Instruments;*
- *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14);*
- *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.*

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.



## 4 Demonstrações financeiras - Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

	Porcentagem de participação		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Controladas diretas</b>			
Santos-Brasil S.A.	100%	100%	100%
Mesquita S.A. Transportes e Serviços	100%	100%	100%
Nara Valley Participações S.A. (1)	100%	100%	100%
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100%	100%	100%
Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	100%	100%	-
Tecon Imbituba S.A. (2)	-	100%	100%
Santos Brasil Tecon S.A. (3)	-	100%	100%
<b>Controladas indiretas</b>			
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (1)	87,673%	75%	75%
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (1)	87,673%	75%	75%
Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	-	-	55%

- (1) A Nara Valley tem 87,673% do controle acionário da Pará Empreendimentos que, por sua vez, tem 100% do controle acionário da Convicon.
- (2) Em 31 de julho de 2010, a Companhia efetivou a incorporação da controlada Tecon Imbituba, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010.
- (3) Em 13 de outubro de 2010, a controlada Santos Brasil Tecon foi liquidada, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada nessa mesma data.

## 5 Gerenciamento do risco financeiro

### Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC – Custo Médio Ponderado de Capital.

A dívida para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>		
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Total do passivo	449.418	508.317	330.978
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.522)</u>	<u>(158.205)</u>	<u>(67)</u>
Dívida líquida	<u>437.896</u>	<u>350.112</u>	<u>330.911</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.214.461</u>	<u>1.164.990</u>	<u>1.126.260</u>
Relação dívida líquida sobre capital	0,36057	0,30053	0,29381
	<b>Consolidado</b>		
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Total do passivo	809.068	955.626	458.884
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(107.513)</u>	<u>(318.163)</u>	<u>(167.678)</u>
Dívida líquida	<u>701.555</u>	<u>637.463</u>	<u>291.206</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.213.709</u>	<u>1.160.275</u>	<u>1.126.161</u>
Relação dívida líquida sobre capital	0,57803	0,54941	0,25858

Os demais riscos: Risco de crédito, Risco de liquidez e Risco de mercado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 26.

## 6 Partes relacionadas

### a. Contratos de Mútuo – Controladora

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A.	<u>24.445</u>	<u>33.802</u>	<u>21.879</u>
Total	<u>24.445</u>	<u>33.802</u>	<u>21.879</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Santos-Brasil S.A.	<u>40.933</u>	<u>-</u>	<u>304.216</u>
Total	<u>40.933</u>	<u>-</u>	<u>304.216</u>

Os contratos de mútuo têm por objetivo o financiamento do capital de giro das Companhias, sendo que possuem vencimento em 31 de dezembro de 2011, e são remunerados à taxa de 131% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), equivalente ao custo de captação para o capital de giro. O contrato da Companhia com a controlada Convicon, apesar de possuir vencimento em 31 de dezembro de 2011, foi contabilizada no longo prazo pois há intenção de renovação do referido contrato.

**b. Prestação de serviço portuário**

A controlada Santos-Brasil prestou serviço portuário de “Entrega imediata de contêineres” à Mesquita, no período de janeiro a dezembro de 2010, no montante de R\$2.772 referente a 21.697 contêineres movimentados. O preço utilizado para faturamento foi o de mercado.

A filial operacional Tecon Imbituba prestou serviço portuário de “Posicionamento de contêineres” à Union, no período de janeiro a dezembro de 2010, no montante de R\$596, referente a 4.530 contêineres movimentados. O preço utilizado para faturamento foi o de mercado.

**c. Remuneração do pessoal-chave**

Certos diretores estão sujeitos a um termo mútuo de aviso de 24 meses. No caso de rescisão a pedido do Grupo, eles têm direito a benefícios de rescisão de 24 salários brutos, independentemente do número de anos como executivo.

Remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2010</b>		<b>31.12.2010</b>	
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
Benefícios de curto prazo	54	221	1.674	15.762
Outros benefícios	-	11	-	319
Plano de opção de compra de ações	-	<u>3.700</u>	-	<u>3.700</u>
Total	<u>54</u>	<u>3.932</u>	<u>1.674</u>	<u>19.781</u>

  

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2009</b>		<b>31.12.2009</b>	
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
Benefícios de curto prazo	54	-	1.674	13.863
Outros benefícios	-	-	-	193
Plano de opção de compra de ações	-	<u>4.430</u>	-	<u>4.430</u>
Total	<u>54</u>	<u>4.430</u>	<u>1.674</u>	<u>18.486</u>

Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Os diretores da Companhia possuem 0,01% das ações com direito de voto da Companhia.

**d. Benefícios a empregados - Consolidado**

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, capacitação em idiomas, seguro de vida, assistência médica, cestas básicas, cartão alimentação e o fornecimento de refeições prontas e vale refeições. Em 31 de dezembro de 2010, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$20.921, correspondentes a 2,43% de suas receitas operacionais líquidas somadas.

As controladas Santos-Brasil, Mesquita e Union incluem em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por aquelas empresas. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Foi provisionado no exercício findo de 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$10.135.

#### ***e. Avais e fianças***

A Companhia prestou garantias às suas controladas, conforme segue:

- Carta de Fiança referente ao Contrato com CDP (Cia de Docas do Pará), para a Convicon, no montante de R\$323.
- Aquisição de guindastes - MHC, para a Convicon, no montante de EUR2.406.
- Aquisição de uma máquina hidráulica semi-automática, para a Convicon, no montante de R\$142.
- Garantia via SBLC a *Supplier Credit's*, aquisição de *Reach Stacker*, para a Mesquita, no montante de EUR1.119.
- Avalista do contrato de aluguel do CD (Centro de Distribuição), para a Mesquita, no montante de R\$3.750.
- Aquisição de caminhões, para a Mesquita, no montante de R\$1.016.
- Aquisição de empilhadeiras – *Reach Stacker*, para a Mesquita, no montante de USD1.370.
- Nota de crédito comercial referente empréstimo do Banco do Brasil para a Santos-Brasil, no montante de R\$20.000.
- Seguro Garantia referente aos Contratos com a CODESP (Cia de Docas Do Estado de São Paulo), para a Santos-Brasil, no montante de R\$5.435.
- Seguro Garantia referente aos Contratos com a CODESP (Cia de Docas Do Estado de São Paulo), para a Santos-Brasil, no montante de R\$358.
- Seguro Garantia referente ao Contrato com CODESP (Cia de Docas Do Estado de São Paulo), para a Union, no montante de R\$8.102.
- Carta de Fiança referente ao fornecimento de energia elétrica com a Tractebel, para Santos-Brasil, no montante de R\$1.166.
- Aquisição de Semi Reboques, para Mesquita, no montante de R\$4.579.
- Aquisição de Cavalos Mecânicos para Mesquita, no montante de R\$4.137.

#### ***f. Controladores***

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, citado na Nota Explicativa nº 1-a, é composto dos acionistas International Markets Investments C.V., Multi STS Participações S.A. e Brasil Terminais S.A.. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Caixa e saldo em bancos	11.522	47	36	16.813	92.284	8.694
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>158.158</u>	<u>31</u>	<u>90.700</u>	<u>225.879</u>	<u>158.984</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>11.522</u>	<u>158.205</u>	<u>67</u>	<u>107.513</u>	<u>318.163</u>	<u>167.678</u>

	<b>Controladora</b>					
	<b>Taxas</b>					
<b>Natureza</b>	<b>médias % CDI</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>	
Investimentos mantidos para negociação:						
CDB	101,60%	-	-	14.257	-	
Fundos de Investimento	102,44%	-	<u>-</u>	<u>143.901</u>	<u>31</u>	
Total			<u>-</u>	<u>158.158</u>	<u>31</u>	

	<b>Consolidado</b>					
	<b>Taxas</b>					
<b>Natureza</b>	<b>médias % CDI</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>	
Investimentos mantidos para negociação:						
CDB	101,01%	indeterminado	24.947	14.256	103.921	
Fundos de Investimento	103,76%	-	65.753	211.623	55.060	
Outras	-	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	
Total			<u>90.700</u>	<u>225.879</u>	<u>158.984</u>	

As taxas médias das aplicações, apresentadas acima, se referem às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2010 e estão relacionadas à taxa do CDI. As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

## 8 Contas a receber de clientes

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante:			
No País	3.758	-	-
Menos:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante:			
No País	69.024	52.657	43.384
Menos:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(540)</u>	<u>( 778)</u>	<u>( 197)</u>
Total	<u>68.484</u>	<u>51.879</u>	<u>43.187</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Créditos a vencer	2.167	-	-
Créditos em atraso até 60 dias	1.404	-	-
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	118	-	-
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	29	-	-
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	35	-	-
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.758</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Créditos a vencer	46.654	32.123	33.953
Créditos em atraso até 60 dias	17.788	18.216	6.637
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.191	613	784
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	1.892	176	686
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	452	261	285
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>1.047</u>	<u>1.268</u>	<u>1.039</u>
Total	<u>69.024</u>	<u>52.657</u>	<u>43.384</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, que no consolidado totalizavam R\$ 3.391 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.705, em 31 de dezembro de 2009). Desse montante são excluídos: (i) os créditos em negociação, (ii) os créditos em discussão judicial relacionados aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs), conforme descrito na Nota Explicativa nº 17-a, e (iii) os depósitos não identificados, resultando assim, no valor final de R\$540 (R\$788 em 31 de dezembro de 2009).

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o art. 9º, § 1º, inciso II da Lei nº 9.430/96.

## 9 Precatórios - Consolidado

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Ativo</b>			
Precatórios a receber - valor presente	<u>3.413</u>	<u>6.708</u>	<u>9.480</u>
(-) Parcelas de curto prazo	(3.413)	(3.247)	(2.518)
Parcelas de longo prazo	-	3.461	6.962
<b>Passivo</b>			
Precatórios a pagar - valor presente	<u>1.457</u>	<u>2.910</u>	<u>4.336</u>
(-) Parcelas de curto prazo	(1.457)	(1.301)	(1.133)
Parcelas de longo prazo	-	1.609	3.203

A controlada Mesquita, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pagos pela Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2010, apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecidas no ativo.

O contrato de aquisição da Mesquita prevê que os valores de precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores, líquidos dos compromissos a eles associados, de honorários advocatícios, valores estes provisionados no passivo.

Em atendimento ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação da CVM nº 564/08, os valores ativos e passivos foram ajustados a valor presente, com base na taxa de custo de capital da controlada Mesquita, pelo método do fluxo de caixa descontado.

## 10 Ativo fiscal corrente

	<b>Controladora</b>		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.691	6.243	6.774
Imposto de renda - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.572	624	-
Outros	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total curto prazo	<u>10.277</u>	<u>6.867</u>	<u>6.774</u>

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.560	6.951	8.372
Imposto de renda - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.328	1.600	3.731
Crédito PIS/COFINS – antigos acionistas contra a Receita Federal do Brasil	3.485	-	-
Outros	<u>926</u>	<u>432</u>	<u>592</u>
<b>Total curto prazo</b>	<b><u>16.299</u></b>	<b><u>8.983</u></b>	<b><u>12.695</u></b>

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2010, créditos de IRRF no total de R\$4.691 (R\$6.243 em 31 de dezembro de 2009), créditos esses decorrentes, principalmente de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$5.560, incluíam, principalmente, os créditos da Companhia, de R\$4.691, e os créditos da controlada Santos-Brasil, no montante de R\$204.

Os créditos consolidados de imposto de renda e contribuição social referiam-se, principalmente, a Companhia, no montante de R\$5.572, e das controladas Nara Valley e Mesquita, nos montantes de R\$278 e R\$478, respectivamente, referentes aos pagamentos efetuados como antecipações nas apurações mensais do IRPJ e da CSLL do exercício anterior.

Os créditos de PIS e COFINS referiam-se à controlada Mesquita, no montante de R\$3.485, referente ao processo contra a Receita Federal do Brasil movido pelos antigos acionistas, sendo que, conforme as compensações sejam feitas, a controlada deverá devolver os valores compensados.

## **11 Investimentos - Controladora**

### ***a. Composição dos saldos***

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Participações em empresas controladas	<u>1.177.781</u>	<u>1.375.240</u>	<u>1.320.711</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.177.781</u></b>	<b><u>1.375.240</u></b>	<b><u>1.320.711</u></b>



**b. Movimentação dos saldos - a partir de 1º de janeiro de 2009**

	Santos- Brasil S.A.	Santos Tecon S.A.	Tecon Imbituba S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Tremarctos Participações S.A.	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	1.052.567	-	131.180	-	20.170	104.322	12.472	-	1.320.711
Incorporação de ações	-	-	-	-	-	-	(31.152)	31.152	-
Aporte de capital	-	42	37.899	96	8.302	-	19.172	219.415	284.926
Redução Capital Adiantamento p/ futuro aumento capital	(320.000)	-	-	-	-	-	-	-	(320.000)
Equivalência patrimonial	-	39	78.320	38	20	-	-	-	78.417
Juros sobre capital próprio recebidos	155.922	(68)	(14.864)	(62)	(10.738)	7.341	(492)	(182)	136.857
Dividendos	(26.461)	-	-	-	-	-	-	-	(26.461)
Propostos	(99.144)	-	-	-	-	-	-	-	(99.144)
Provisão p/ perda c/ investimento	-	(1)	-	(65)	-	-	-	-	(66)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>762.884</u>	<u>12</u>	<u>232.535</u>	<u>7</u>	<u>17.754</u>	<u>111.663</u>	<u>-</u>	<u>250.385</u>	<u>1.375.240</u>
Aporte de capital	-	-	-	-	19.079	-	-	-	19.079
Adiantamento p/ futuro aumento capital	-	43	70.648	39	156	-	-	1.078	71.964
Equivalência patrimonial	155.063	(34)	(14.725)	(34)	(9.927)	15.185	-	3.776	149.304
Dividendos intermediários	(105.500)	-	-	-	-	-	-	-	(105.500)
Dividendos obrigatórios mínimos	-	-	-	-	-	(112)	-	(625)	(737)
Variação na participação em controladas	-	-	-	-	(4.548)	-	-	-	(4.548)
Incorporação (d)	-	-	(288.458)	-	-	-	-	(38.542)	(327.000)
Liquidação (d)	-	(21)	-	-	-	-	-	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>-812.447</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>22.514</u>	<u>126.736</u>	<u>-</u>	<u>216.072</u>	<u>1.177.781</u>

**c. Conciliação do patrimônio líquido das controladas:**

**31.12.2009**

	Santos- Brasil S.A.	Santos Tecon S.A.	Tecon Imbituba S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.
Patrimônio líquido	757.102	12	232.535	7	17.754	111.663	250.385
Ajuste nas práticas contábeis (*)	5.782	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	<u>762.884</u>	<u>12</u>	<u>232.535</u>	<u>7</u>	<u>17.754</u>	<u>111.663</u>	<u>250.385</u>

**31.12.2010**

	Santos- Brasil S.A.	Santos Tecon S.A.	Tecon Imbituba S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.
Patrimônio líquido	806.665	-	-	12	22.514	126.736	216.072
Ajuste nas práticas contábeis (*)	5.782	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	<u>812.447</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>22.514</u>	<u>126.736</u>	<u>216.072</u>

(\*) Ajuste nas práticas contábeis referente aos juros capitalizáveis da controladora na controlada.

**d. Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2010**

	<u>Santos-Brasil</u> <u>S.A.</u>	<u>Terminal</u> <u>Portuário de</u> <u>Veículos S.A.</u>	<u>Nara Valley</u> <u>Participações</u> <u>S.A.</u>	<u>Mesquita S.A.</u> <u>Transportes e</u> <u>Serviços</u>	<u>Union</u> <u>Armazenagem</u> <u>e Operações</u> <u>Portuárias</u> <u>S.A.</u>
Capital social	627.714	97	53.357	126.374	13.852
Quantidade de ações possuídas					
Ordinárias	452.567.461	96.926	53.357.148	115.935.256	21.315.228
Preferenciais	203.208.988	-	-	115.935.255	-
Resultado do período	155.063	(34)	(9.927)	15.185	3.776
Patrimônio líquido	806.665	12	22.514	126.736	216.072
Participação no capital social	100%	100%	100%	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	806.665	12	22.514	126.736	216.072

	<u>Santos-Brasil</u> <u>S.A.</u>	<u>Terminal</u> <u>Portuário de</u> <u>Veículos S.A.</u>	<u>Nara Valley</u> <u>Participações</u> <u>S.A.</u>	<u>Mesquita S.A.</u> <u>Transportes e</u> <u>Serviços</u>	<u>Union</u> <u>Armazenagem</u> <u>e Operações</u> <u>Portuárias</u> <u>S.A.</u>
Total do ativo	1.137.703	12	56.726	181.094	219.725
Total do passivo	331.038	-	34.964	54.358	3.653
Receita líquida	663.689	-	17.766	141.574	35.169
Lucro (prejuízo) do exercício	155.063	(34)	(9.927)	15.185	3.776

A data de encerramento social das controladas é a mesma da Controladora

**e. Acervo líquido de incorporação**

**e.1** Em 31 de julho de 2010, a Companhia efetivou a incorporação de sua controlada Tecon Imbituba, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações.

Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de julho de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

**Ativo circulante**

Caixa e equivalentes de caixa	243
Contas a receber de clientes	694
Ativo fiscal corrente	30
Despesas pagas antecipadamente	<u>66</u>
	1.033

**Ativo não circulante**

Depósitos judiciais	6
Operações com <i>Swap</i>	12
Outros	6.061
Imobilizado	194.158
Intangível	<u>110.864</u>
	311.101

**Total do ativo****312.134****Passivo circulante**

Empréstimos e financiamentos	(3.832)
Fornecedores	(6.240)
Salários e obrigações sociais	(391)
Impostos, taxas e contribuições	(1.527)
Passivo fiscal diferido	(375)
Operações com <i>Swap</i>	(137)
Outras contas a pagar	<u>(24)</u>
	(12.526)

**Passivo não circulante**

Empréstimos e financiamentos	<u>(11.150)</u>
------------------------------	-----------------

**Total do passivo****(11.150)****Total do acervo líquido****288.458**

- e.2** Em 13 de outubro de 2010, foi efetivada a liquidação da controlada Santos Brasil Tecon, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária nessa mesma data.

Os valores de ativos e passivos transferidos para a Companhia, em 13 de outubro de 2010, decorrentes da liquidação estão demonstrados no quadro a seguir:

**Ativo circulante**

Caixa e equivalentes de caixa	<u>21</u>
	21

**Total do acervo líquido****21**

- e.3** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetivou a incorporação da parcela cindida de sua controlada Union, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme processo de reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações.

Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	9.156
Contas a receber de clientes	2.198
Despesas pagas antecipadamente	<u>4</u>
	11.358
<b>Ativo não circulante</b>	
Outros	63
Imobilizado	3.533
Intangível	<u>24.040</u>
	27.636
<b>Total do ativo</b>	<b><u>38.994</u></b>
<b>Passivo circulante</b>	
Fornecedores	(410)
Salários e obrigações sociais	(29)
Outras contas a pagar	<u>(13)</u>
	(452)
<b>Total do passivo</b>	<b><u>(452)</u></b>
<b>Total do acervo líquido</b>	<b><u>38.542</u></b>

## 12 Imobilizado

				<b>Controladora</b>		
				<b>Valor líquido</b>		
	<b>Taxa anual de depreciação (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,7/8,6	19.226	1.098	18.128	-	-
Equipamentos de movimentação de carga	(a)	26.637	3.541	23.096	-	-
Imobilizações em andamento	-	242.735	-	242.735	-	-
Equipamentos de informática	20	400	131	269	-	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	181	13	168	-	-
Instalações, móveis e utensílios	10	188	26	162	-	-
Veículos	20	91	43	48	-	-
Outros	10	<u>16</u>	<u>3</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>289.474</u>	<u>4.855</u>	<u>284.619</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação do imobilizado, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>Saldo inicial</b>	<b>Incorporação (*)</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas/ Efeitos não monetários</b>	<b>Saldo final</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	18.486	15	373	-	18.128
Equipos. de movimentação de carga (a)	-	23.560	-	464	-	23.096
Imobilizações em andamento (b)	-	154.966	87.796	-	(27)	242.735
Equipamentos de informática (c)	-	297	-	29	1	269
Máquinas, equipamentos e acessórios (c)	-	153	19	4	-	168
Instalações, móveis e utensílios (c)	-	160	8	6	-	162
Veículos (c)	-	56	-	7	(1)	48
Outros	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
<b>Total</b>	<u><u>-</u></u>	<u><u>197.691</u></u>	<u><u>87.839</u></u>	<u><u>884</u></u>	<u><u>(27)</u></u>	<u><u>284.619</u></u>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 11.e.

			<b>Consolidado</b>			
			<b>Valor líquido</b>			
	<b>Taxa anual de depreciação (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,7/8,6	466.499	83.089	383.410	384.918	152.274
Equipamentos de movimentação de carga	(a)	553.143	284.335	268.808	283.037	152.015
Imobilizações em andamento	-	283.579	-	283.579	125.923	341.594
TEV - Terminal de Exportação de Veículos	4	-	-	-	44.103	47.020
Equipamentos de informática	20	24.263	17.409	6.854	8.546	9.329
Terrenos	-	34.007	-	34.007	34.007	34.007
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	14.523	6.941	7.582	7.955	7.201
Instalações, móveis e utensílios	10	14.685	6.051	8.634	6.731	5.814
Veículos	20	3.118	1.683	1.435	1.215	1.230
Imóveis	(d)	25.181	2.543	22.638	23.144	24.151
Outros	10	<u>483</u>	<u>352</u>	<u>131</u>	<u>136</u>	<u>507</u>
<b>Total</b>		<u><u>1.419.481</u></u>	<u><u>402.403</u></u>	<u><u>1.017.078</u></u>	<u><u>919.715</u></u>	<u><u>775.142</u></u>

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições/ Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas/Efeitos não monetários</b>	<b>Saldo final</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	152.274	248.676	16.039	7	384.918
Equipos. de movimentação de carga <b>(a)</b>	152.015	187.544	55.958	(564)	283.037
Imobilizações em andamento <b>(b)</b>	341.594	(216.277)	-	606	125.923
TEV - Terminal de Exportação de Veículos	47.020	-	2.224	(693)	44.103
Equipamentos de informática <b>(c)</b>	9.329	2.810	3.592	(1)	8.546
Terrenos	34.007	-	-	-	34.007
Máquinas, equipamentos e acessórios <b>(c)</b>	7.201	1.825	1.071	-	7.955
Instalações, móveis e utensílios <b>(c)</b>	5.814	1.610	857	164	6.731
Veículos <b>(c)</b>	1.230	467	453	(29)	1.215
Imóveis <b>(d)</b>	24.151	-	1.007	-	23.144
Outros	<u>507</u>	<u>5</u>	<u>203</u>	<u>(173)</u>	<u>136</u>
<b>Total</b>	<u>775.142</u>	<u>226.660</u>	<u>81.404</u>	<u>(683)</u>	<u>919.715</u>

A movimentação do imobilizado, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições/ Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas/Efeitos não monetários</b>	<b>Saldo final</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	384.918	28.832	30.332	(8)	383.410
Equipos. de movimentação de carga <b>(a)</b>	283.037	10.898	24.308	(819)	268.808
Imobilizações em andamento <b>(b)</b>	125.923	158.785	-	(1.129)	283.579
TEV - Terminal de Exportação de Veículos	44.103	-	-	(44.103)	-
Equipamentos de informática <b>(c)</b>	8.546	1.755	3.468	21	6.854
Terrenos	34.007	-	-	-	34.007
Máquinas, equipamentos e acessórios <b>(c)</b>	7.955	807	1.157	(23)	7.582
Instalações, móveis e utensílios <b>(c)</b>	6.731	3.024	1.125	4	8.634
Veículos <b>(c)</b>	1.215	734	481	(33)	1.435
Imóveis <b>(d)</b>	23.144	-	506	-	22.638
Outros	<u>136</u>	<u>29</u>	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>131</u>
<b>Total</b>	<u>919.715</u>	<u>204.864</u>	<u>61.411</u>	<u>(46.090)</u>	<u>1.017.078</u>

**(a)** A vida útil dos equipamentos de movimentação de carga foi revisada seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 10 anos para 14 anos em média, limitado ao período do contrato de concessão de cada uma de suas controladas. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, após a adoção prospectiva a partir de 1º de Janeiro de 2010, desse pronunciamento foi de R\$22.669, caso a Companhia e suas controladas não tivessem efetuado essa mudança seria de R\$71.310.

**(b)** O valor de adição no grupo Imobilizações em Andamento, representado substancialmente pelas obras de ampliação do cais do terminal portuário de Imbituba, está líquido das transferências efetuadas, quando da entrada dos bens em operação, para os grupos que os representam.

- (c) Não houve alterações nos critérios e nos valores da depreciação desses itens (i) por não terem representação econômica relevante e (ii) por terem as suas vidas econômicas já aproximadamente representadas.
- (d) A vida útil dos imóveis foi revisada em 1º de janeiro de 2010, seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 25 anos para 46 anos. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, após a adoção prospectiva, desse pronunciamento foi de R\$506, caso a sua controlada Mesquita não tivesse efetuado essa mudança seria de R\$1.007.

Os custos dos empréstimos capitalizados consolidados, em virtude das imobilizações em andamento, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$14.542 (R\$ 18.508 em 31 de dezembro de 2009), eram compostos por: (i) R\$101 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis aos imobilizados (R\$3.496 em 31 de dezembro de 2009), e (ii) R\$14.441 referente aos não atribuíveis, utilizando a taxa média anual de 9,00% (11,49% em 2009) desses empréstimos e financiamentos (R\$15.012 em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos dos próprios equipamentos (Finame, Finimp e *Leasing*), o valor de aquisição desses ativos foi de R\$210.442. Além dessas garantias, a controlada Santos-Brasil também possui um equipamento, tipo guindastes sobre rodas (*Rubber Tyre Gantry* – RTG), dado em garantia referente à ação trabalhista nº 369/2003, que em 31 de dezembro de 2010 tinha o valor contábil de R\$3.116, sendo que a referida ação está em andamento.

Existem compromissos assumidos pela Administração atrelados a aquisição de bens do ativo imobilizado no montante de R\$59.979, os quais não estão contabilizados nessas demonstrações financeiras.

### 13 Intangível

				Controladora		
				Valor líquido		
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Vida útil definida</b>						
<b>Direitos de exploração (a)</b>						
Tecon Imbituba	4	121.700	12.914	108.786	-	-
Union	4	7.395	1.025	6.370	-	-
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>						
Union	4,5	18.983	1.319	17.664	-	-
<b>Softwares</b>						
Sistemas de processamento de dados	20	63	8	55	-	-
<b>Outros Intangíveis</b>						
Intangível em desenvolvimento		<u>25</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>148.166</u>	<u>15.266</u>	<u>132.900</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação do intangível, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas / Efeitos não monetários	Incorporação (*)	Saldo Final
<b>Vida útil definida</b>						
<b>Direitos de exploração (a)</b>						
Tecon Imbituba	-	-	2.029	-	110.815	108.786
Terminal de Carga Geral Imbituba	-	-	-	-	6.370	6.370
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>						
Union	-	-	-	-	17.664	17.664
<b>Softwares</b>						
Sistemas de processamento de dados	-	-	3	(28)	30	55
<b>Outros Intangíveis</b>						
Software						
Em desenvolvimento	-	-	-	-	25	25
Total	-	-	2.032	(28)	134.904	132.900

**Consolidado**

**Valor líquido**

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Vida útil definida</b>						
<b>Direitos de exploração (a)</b>						
Tecon 1 Santos	4	129.791	67.924	61.867	67.059	72.250
Tecon Imbituba	4	121.700	12.914	108.786	113.655	116.800
Terminal de Carga Geral Imbituba	4	7.395	1.025	6.370	6.686	5.768
TEV	4	223.493	8.940	214.553	223.493	-
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>						
Ações da Santos-Brasil	7,2	321.264	188.302	132.962	144.120	155.278
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	9.922	27.838	31.927	35.611
Union	4,5	18.983	1.319	17.664	18.543	9.247
<b>Softwares</b>						
Sist. de processamento de dados	20	23.003	12.528	10.475	11.991	10.285
<b>Outros Intangíveis</b>						
Software						
Em desenvolvimento		2.365	-	2.365	33	-
Subtotal		885.754	302.874	582.880	617.507	405.239

**Vida útil indefinida**

**Ágios nas aquisições (c)**

Mesquita	-	47.575	8.110 (*)	39.465	36.133	36.133
----------	---	--------	-----------	--------	--------	--------

**Outros (d)**

Projeto Barnabé-Bagres	-	12.155	-	12.155	11.407	3.695
------------------------	---	--------	---	--------	--------	-------



(-) Provisão baixa					
Projeto Barnabé-Bagres	<u>(12.155)</u>	<u>-</u>	<u>(12.155)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal	47.575	8.110	39.465	47.540	39.828
 Total	 <u>933.329</u>	 <u>310.984</u>	 <u>622.345</u>	 <u>665.047</u>	 <u>445.067</u>

(\*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

A movimentação do intangível, no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas / Efeitos não monetários	Saldo Final
<b>Vida útil definida</b>					
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	72.250	-	5.191	-	67.059
Tecon Imbituba	116.800	1.700	4.845	-	113.655
Terminal de Carga Geral Imbituba	5.768	1.215	297	-	6.686
TEV	-	223.493	-	-	223.493
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	155.278	-	11.158	-	144.120
Pará Empreendimentos	35.611	-	3.684	-	31.927
Union	9.247	10.102	440	(366)	18.543
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	10.285	5.658	3.101	(851)	11.991
<b>Outros Intangíveis</b>					
Software					
Em desenvolvimento	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>
Subtotal	405.239	242.201	28.716	(1.217)	617.507
 <b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Ágios nas aquisições (c)</b>					
Mesquita	36.133	-	-	-	36.133
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	<u>3.695</u>	<u>7.712</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.407</u>
Subtotal	39.828	7.712	-	-	47.540
 Total	 <u>445.067</u>	 <u>249.913</u>	 <u>28.716</u>	 <u>(1.217)</u>	 <u>665.047</u>

A movimentação do intangível, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo Inicial	Adições	Amortização	Baixas / Efeitos não monetários	Saldo Final
<b>Vida útil definida</b>					
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	67.059	-	5.192	-	61.867
Tecon Imbituba	113.655	-	4.869	-	108.786
Terminal de Carga Geral Imbituba	6.686	-	316	-	6.370
TEV	223.493	-	8.940	-	214.553
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	144.120	-	11.158	-	132.962
Pará Empreendimentos	31.927	-	4.089	-	27.838
Union	18.543	-	880	1	17.664
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	11.991	1.718	3.609	375	10.475
<b>Outros Intangíveis</b>					
Software					
Em desenvolvimento	<u>33</u>	<u>5.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.698</u>
Subtotal	617.507	7.383	39.053	376	586.213
<b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Ágios nas aquisições (c)</b>					
Mesquita	36.133	-	-	(1)	36.132
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	11.407	748	-	-	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.155)</u>	<u>(12.155)</u>
Subtotal	47.540	748	-	(12.156)	36.132
Total	<u>665.047</u>	<u>8.131</u>	<u>39.053</u>	<u>(11.780)</u>	<u>622.345</u>

**a. Direitos de exploração**

Os direitos de exploração se referem às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, o Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (Nota Explicativa nº 1-a), o Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (Nota Explicativa nº 1-c) e o Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (Nota Explicativa nº 1-d), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento, todos de 25 anos.

Conforme Nota Explicativa nº 1-k, a controlada Union, foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação no montante de R\$4.711, e efetuou o pagamento final, em 4 de janeiro de 2010 no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

#### ***b. Ágio nas aquisições – com vida útil definida***

No exercício de 2006, antigos acionistas da controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa daquelas empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio. Esse ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo o OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (Nota Explicativa nº 1-a) foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual desse contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008 - através da controlada Nara Valley -, pelo montante de R\$45.000, ajustado pelos procedimentos usuais aplicáveis neste tipo de aquisição, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Esta transação se deu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (Nota Explicativa nº 1-e) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Union, arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imbituba (Nota Explicativa nº 1-d) - através da controlada Tremarctos -, foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio inicial no valor de R\$19.332.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Union é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do terminal referido acima e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

#### ***c. Ágio nas aquisições – com vida útil indefinida***

A aquisição da Mesquita (Nota Explicativa nº 1-b) foi consumada em 1º de novembro de 2007 - através da controlada Nova Logística que posteriormente foi objeto de incorporação reversa -, pelo montante de R\$95.000, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$44.242.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Mesquita é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não possuem prazo definido. Todavia, a sua recuperação é testada anualmente e se necessária uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Mesquita, por corresponder ao nível mais baixo da unidade geradora de caixa. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 foi efetuado o teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2011 e o planejamento de longo prazo até 2020, elaborados para a controlada Mesquita, a qual representa o segmento de negócios de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada acompanhando o crescimento do mercado, até atingir a capacidade instalada;
- crescimento dos volumes no negócio de Centros de Distribuição e Transporte;
- política de preços com repasse da inflação dos custos, estimada na média de 3% ao ano.
- obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;
- taxa nominal de desconto de 14,88%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* como fluxo de entrada de recursos e os investimentos no ativo fixo e no capital de giro como fluxos de saída de recursos.
- na base de 31 de dezembro de 2010 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais incluindo o ágio.

#### *Análise de sensibilidade das premissas*

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior em R\$144.504 ao valor dos ativos operacionais de R\$146.807 em 31 de dezembro de 2010, nos quais está inserido o ágio. Em 31 de dezembro de 2009 era superior em R\$60.173 . Caso haja alterações significativas nas premissas adotadas, ainda sim o valor contábil não será superior ao valor recuperável.

#### **d. Outros – Projeto Barnabé-Bagres**

Refere-se a valores gastos, pela controlada Santos-Brasil, com a realização de estudos e levantamentos para a elaboração de projeto de implantação do Complexo Portuário Barnabé-Bagres, destinado a promover o aproveitamento do potencial portuário da margem esquerda na área continental de Santos, com o amparo de estudos de viabilidade econômica, com vistas à ampliação do Porto de Santos. O projeto foi apresentado pela controlada Santos-Brasil e está aguardando o processo de escolha a ser efetuado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo, que conferirá ao projeto escolhido o direito de ressarcimento dos gastos efetuados, sujeitos à análise e aprovação da referida entidade. A Administração optou pela provisão da baixa deste intangível até que seja definida a escolha do projeto.

## 14 Empréstimos e financiamentos

				Controladora		
	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Moeda nacional</b>						
Notas promissórias	4%a.a	CDI	Única	-	200.000	-
(-) Custos de captação				-	(3.783)	-
Valor líquido captado				-	196.217	-
(+) Juros e custos apropriados				-	19.412	-
Subtotal				-	215.629	-
CCE – Credit Suisse	3,50%a.a	CDI	Trimestral	250.000	250.000	-
(-) Custos de captação				(3.750)	(3.750)	-
Valor líquido captado				246.250	246.250	-
(+) Juros e custos apropriados				3.260	2.347	-
(-) Amortização da dívida				(29.412)	-	-
Subtotal				220.098	248.597	-
Total				220.098	464.226	-
<b>Moeda estrangeira</b>						
Finimp	Libor + 0,3% até 10,34% a.a.	Variação Cambial	Semestral	12.198	-	-
Total geral				232.296	464.226	-
(-) Parcelas de curto prazo				(64.557)	(243.638)	-
Parcelas de longo prazo				167.739	220.588	-
				Consolidado		
	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Moeda nacional</b>						
Finame	3,70% a.a. até 6,00% a.a.	URTJLP	Mensal	10.754	4.167	15.081
Finem	6,5% a.a.	URTJLP	Mensal	-	-	10.438
Banco do Estado do Pará	5% a.a.	TJLP	Mensal	2.570	2.903	3.175
Leasing	18,44% a.a. até 23,70% a.a.	-	Mensal	836	1.720	1.913
Capital de giro	31% a.a. do CDI	CDI	Única	20.162	10.078	-
Notas promissórias	4% a.a.	CDI	Única	-	215.629	-
CCE – Credit Suisse	3,50% a.a.	CDI	Trimestral	220.098	248.597	-
Subtotal				254.420	483.094	30.607
<b>Moeda estrangeira</b>						
Finimp	Libor e Euro Libor + 1,75% até 6,31% a.a.	Variação Cambial	Mensal/Trim./ Semestral	105.756	149.540	164.851
Darby Brazil Mezzanine		Variação Cambial		303	317	426
Banco Itaú S.A.	9,8%a.a	Variação Cambial	Trimestral	-	-	247
Supplier Credit	5,50% à 6,4%a.a	Variação Cambial	Semestral	4.458	7.621	-
Leasing	5% a.a.	Variação Cambial	Mensal	310	647	-
Subtotal				110.827	158.125	165.524

Total	<u>365.247</u>	<u>641.219</u>	<u>196.131</u>
(-) Parcelas de curto prazo	(127.153)	(303.157)	(58.028)
Parcelas de longo prazo	238.094	338.062	138.103

Em 10 de setembro de 2009, a Companhia finalizou o processo de emissão particular de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), tendo como credor o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e como avalista a controlada Santos-Brasil. Com a operação a Companhia captou recursos no montante de R\$250.000, que foram destinados fundamentalmente para o pagamento de dívidas de curto prazo, bem como para reforço de capital de giro. A taxa efetiva da captação destes recursos, considerando os custos de captação no valor de R\$3.750, é de 14,5% a.a..

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do Imposto de Renda Retido na Fonte na remessa, conforme previsão contratual.

Financiamento	Vencimento	Moeda	Garantias (*)
Finame	Out/15	R\$	Equipamento objeto da transação
Banco do Estado do Pará	Jun/14	R\$	Fiança Bancária
Finimp	Abr/14	US\$ / €	Equipamento objeto da transação
Darby Brazil Mezzanine	(**)	US\$	Não há
Leasing	Jan/12	R\$	Equipamento objeto da transação
Leasing	Dez/11	US\$	Software objeto da transação
Capital de giro	Abr/11	R\$	Aval Santos Brasil Participações S.A.
Supplier Credit	Mar/14	€	Stand By Letter Credit / Aval Santos Brasil Participações S.A.
CCE – Credit Suisse	Set/14	R\$	Aval Santos-Brasil S.A. e Recebíveis

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 12.

(\*\*) Pagamento aguardando formalização do contrato para remessa.

Para as garantias *Stand By Letter Credit* e avais o valor é limitado ao total contratado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas tinham empréstimos e financiamentos com parcelas de vencimentos no curto prazo sendo: (i) R\$39.161 em três meses; (ii) R\$109.122 em seis meses; e (iii) R\$138.754 em nove meses.

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida a longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Financiamento/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Finame	2.481	2.114	1.937	1.105	-	7.637
Banco do Estado do Pará	734	734	368	-	-	1.836
Leasing moeda nacional	29	-	-	-	-	29
Supplier Credit	1.072	1.072	536	-	-	2.680
Finimp	29.676	25.796	9.746	624	312	66.154
CCE – Credit Suisse	<u>58.094</u>	<u>58.094</u>	<u>43.570</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>159.758</u>
Total	<u>92.086</u>	<u>87.810</u>	<u>56.157</u>	<u>1.729</u>	<u>312</u>	<u>238.094</u>

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas, apuradas anualmente, relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estão sendo atendidos em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009. O quadro a seguir explicita tais índices:

<b>Contratos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Índice padrão</b>
<b>Finimp</b>	Cobertura do Serviço da Dívida - ISCD 1	Maior ou igual a 1,40
	Relação de Capital de Terceiros s/Capital Próprio	Menor ou igual a 1,50
	Relação da Dívida Bancária Líquida s/ EBITDA	Menor ou igual a 2,00
	Relação Patrimônio Líquido s/ Ativo Total	Maior ou igual a 40%
<b>Notas promissórias e CCE – Credit Suisse</b>	Relação da Dívida Bancária Líquida s/ EBITDA	Menor a 2,00
	Relação do EBITDA s/ Despesas Financeiras	Maior ou igual a 3,00

## 15 Debêntures

Em 8 de março de 2010, foi realizada Reunião do Conselho de Administração aprovando a celebração da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, confirmada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de abril de 2010.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia emitiu 100 debêntures, totalizando R\$100.000, com prazo de vencimento em 30 de abril de 2013, remuneradas à taxa média da DI acrescida de 2,20% ao ano. A taxa efetiva da captação destes recursos, considerando os custos de captação no valor de R\$1.350, é de 15,0% a.a..

As debêntures, totalmente colocadas, geraram encargos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$7.378, reconhecidos no resultado.

As debêntures têm garantia fidejussória de sua controlada, Santos-Brasil, como devedora solidária de todas as obrigações pelo valor colocado.

Esta Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures têm cláusulas restritivas, apuradas anualmente, relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estão sendo atendidos. O quadro a seguir explicita tais índices:

<b>Contratos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Índice padrão</b>
<b>Debêntures</b>	Relação da Dívida Líquida s/ EBITDA	Menor ou igual a 3,00
	Relação do EBITDA s/ Despesas Financeiras	Maior ou igual a 1,00

## 16 Impostos parcelados - Consolidado

A controlada Mesquita apresentava débitos de impostos com pagamentos parcelados, conforme segue:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Curto prazo	4.948	5.359	953
Longo prazo	—	108	438
Total	<u>4.948</u>	<u>5.467</u>	<u>1.391</u>

Do montante de R\$ 4.948 registrado no curto prazo, R\$4.836 referem-se a processos inscritos no Refis da Lei 11.941/09, cuja adesão ao programa ocorreu em novembro de 2009, tendo o seu deferimento em fevereiro de 2010.

## 17 Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - Consolidado

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Provisão</b>	<b>Provisão</b>
COFINS	-	-	6.639
PIS	-	-	1.022
Processo CADE - Multa (a)	1.521	934	934
Processo CADE - Faturamento TRA (a)	74.318	57.681	44.806
Provisão Trabalhista (b)	7.118	5.810	5.335
Provisão Processo Codesp	971	757	757
Provisão Processo FAP (c)	1.857	-	-
Outros Processos (d)	<u>1.585</u>	<u>3.144</u>	<u>3.144</u>
Total	<u>87.370</u>	<u>68.326</u>	<u>62.637</u>

Os valores depositados judicialmente relativos às contingências em discussão eram:

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
	<b>Depósito judicial</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Depósito judicial</b>
COFINS	-	-	6.350
PIS	-	-	1.022
Processo CADE - Multa (a)	1.521	934	934
Processo CADE - Faturamento TRA (a)	69.721	55.626	42.276
Provisão Trabalhista (b)	3.065	1.581	612
Provisão Processo Codesp	971	757	757
Outros Processos (d)	<u>1.444</u>	<u>1.172</u>	<u>1.172</u>
Total	<u>76.722</u>	<u>60.070</u>	<u>53.123</u>
Outros depósitos judiciais (e)	<u>34.562</u>	<u>32.581</u>	<u>18.305</u>
Total	<u>111.284</u>	<u>92.651</u>	<u>71.428</u>

- (a) Os provisionamentos relacionados ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica referem-se ao processo que tramitou naquele órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou por administração privada, inclusive a controlada Santos-Brasil.



A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs) pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado e a Companhia foi condenada: (i) a multa pecuniária e (ii) a interromper a cobrança feita aos TRAs. A controlada Santos-Brasil ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar com a cobrança mediante depósito judicial integral dos valores cobrados e depósito do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$59.565 e R\$934, respectivamente.

A controlada Santos-Brasil ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em Juízo: uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS e a COFINS, e a outra tramita na Comarca do Guarujá, que engloba o ISSQN, com valores totais já depositados de R\$6.609.

- (b) O valor da provisão trabalhista, líquido do depósito judicial a ela relacionado, é composto por R\$6.017, da controlada Santos-Brasil, e por R\$1.101, da controlada Mesquita.
- (c) O provisionamento refere-se à impugnação administrativa perante o INSS face à nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP – Fator Acidentário de Prevenção, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e afastamentos de funcionários, em comparação às empresas que exercem a mesma atividade econômica (CNAE), o qual resultou no aumento de 72% do último valor pago por sua controlada Santos-Brasil. Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizado Mandado de Segurança, cuja liminar foi concedida para afastar a exigibilidade do crédito até julgamento da Impugnação para as controladas Santos-Brasil, Mesquita, Convicon e Union. O INSS julgou improvidas todas as impugnações, tendo sido apresentado recurso ao Ministério da Previdência Social.
- (d) Referem-se, basicamente, a um processo de denúncia espontânea de multa sobre tributos federais da controlada Convicon, no montante de R\$1.444, com cobertura depósito judicial.
- (e) O depósito judicial classificado como Outros, relacionado à Controladora, se refere a depósito judicial trabalhista, no montante de R\$5. Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados à controlada Santos-Brasil, estão compostos por: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, no montante de R\$1.109 e R\$6.925, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$1.831; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$8.433; (iv) depósito de INSS e de IR sobre o Plano de Demissão Voluntária (PDV) e do Fundo de Natureza não Salarial do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente (SINDESTIVA), Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 e (v) outros depósitos na esfera Tributária e Civil, no valor de R\$5.146. Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados à controlada Mesquita, se referem, basicamente, a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$9.428.

Para os processos referentes à controlada Mesquita, mencionados em (b) e (d), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade dos seus antigos acionistas. Assim, um montante equivalente foi reconhecido no ativo não circulante, como contas a receber de antigos acionistas - Mesquita.

A movimentação das provisões para contingências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão	Saldo final
Processo CADE - multa	934	587	-	-	1.521
Processo CADE - faturamento TRA	57.681	16.669	-	32	74.318
Provisão trabalhista	5.810	1.907	-	599	7.118
Provisão processo Codesp	757	214	-	-	971
Provisão Fator Acid. De Prev. - FAP	-	1857	-	-	1.857
Outros processos	<u>3.144</u>	<u>413</u>	<u>-</u>	<u>1.972</u>	<u>1.585</u>
Total	<u>68.326</u>	<u>21.647</u>	<u>-</u>	<u>2.603</u>	<u>87.370</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$84.272, além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança, em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

## 18 Arrendamento - Consolidado

### a. Arrendamento financeiro

As controladas Santos-Brasil e Mesquita possuem 17 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (*leasing*). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	31.12.2010
Equipamentos de informática	655
Sistemas de processamento de dados	<u>827</u>
Total	<u>1.482</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as controladas Santos-Brasil e Mesquita reconheceram como variação cambial ativa o montante de R\$9, e como juros o montante de R\$149, relativo a despesas financeiras, e R\$880 relativo à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estavam segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos 31.12.2010	Juros 31.12.2010	Pagamentos futuros mínimos 31.12.2010
De um a cinco anos	1.147	-	1.147

## ***b. Arrendamento operacional***

A Companhia e suas controladas possuem contratos de concessão, conforme Notas Explicativas nº 1-f, 1-g, 1-i e 1-j, e as parcelas de arrendamento a serem apropriadas no resultado, por competência, a partir do próximo exercício, estão demonstradas a seguir:

<b>Contrato/ano</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014 a 2035</b>	<b>Total</b>
Santos-Brasil	27.745	27.745	27.745	247.393	330.628
Union - TEV	2.732	2.732	2.732	57.372	65.568
Tecon Imbituba	2.328	2.328	2.328	44.814	51.798
Convicon	<u>753</u>	<u>753</u>	<u>753</u>	<u>3.514</u>	<u>5.773</u>
Total	<u>33.558</u>	<u>33.558</u>	<u>33.558</u>	<u>353.093</u>	<u>453.767</u>

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centro de Distribuição da controlada Mesquita), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 geraram despesas no montante de R\$7.606.

## **19 Patrimônio líquido - Controladora**

### ***a. Capital social***

Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia era de R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

Deste total de ações, 202.913.500 encontravam-se em circulação, naquela data, sendo 40.582.700 ações ordinárias e 162.330.800 ações preferenciais; representadas por 40.582.700 Units, sendo cada Unit composta por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais.

Conforme previsto no Regulamento de Governança Corporativa - Nível 2 e no Estatuto Social da Companhia, na hipótese de alienação de controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, os titulares de ações de emissão da Companhia, ordinárias ou preferenciais, terão o direito de venda conjunta, sendo assegurado tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, inclusive em relação ao preço pago por suas ações (*tag along* de 100%).

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e um mil) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

### ***b. Reserva de capital***

- ***Plano de opção de compra de ações***

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (Nota Explicativa nº 23), obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

- *Outras*

Na incorporação de ações, conforme Nota Explicativa nº 1, o valor do patrimônio líquido da Santos-Brasil, na data base de 31 de dezembro de 2006, foi levado para a conta de capital social da Controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da Santos-Brasil, representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado neste grupo de Reserva de Capital.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 4.548.

**c. Reserva de lucros**

- *Reserva Legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva para investimento e expansão*

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme Orçamentos de Capital.

**d. Remuneração aos acionistas**

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Segue a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010:

	%	31.12.2010
Lucro líquido do exercício		112.036
Constituição da reserva legal		( 5.602)
<b>Lucro líquido ajustado (a)</b>		<u>106.434</u>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	25,0%	26.608
<b>Remuneração aos acionistas</b>		
Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2010 (b)		49.829
Juros sobre o capital próprio, imputável aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2010 (c)		12.457
Imposto de renda na fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio (d)		( 1.723)
<b>Dividendos complementares propostos (e)</b>		<u>22.862</u>
<b>Remuneração líquida aos acionistas ( b + c – d + e )</b>	78,4%	<u>83.425</u>
<b>Remuneração bruta aos acionistas ( b + c + e )</b>	80,0%	<u>85.148</u>

	%	31.12.2010
Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos pagos e creditados por classe de ação foram:		
Ações ordinárias		41.796
Ações preferenciais		<u>18.767</u>
Total		<u>60.563</u>
<b>Dividendos complementares propostos</b>		22.862
Quantidade de ações ordinárias		452.567.461
Valor unitário de dividendos complementares por ação		R\$0,034861762
Quantidade de ações preferenciais		203.208.988
Valor unitário de dividendos complementares por ação		R\$0,034861762
Retenção de lucros		21.286

## 20 Receita Operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Receita bruta fiscal	4.344	-	982.655	743.723
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(415)	-	(88.180)	(62.556)
Outros	<u>(145)</u>	<u>-</u>	<u>(28.942)</u>	<u>(20.384)</u>
Total de receita contábil	<u>3.784</u>	<u>-</u>	<u>865.533</u>	<u>660.783</u>

## 21 Outras despesas - Consolidado

	31.12.2010	31.12.2009
Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	12.155	-
Perda no reembolso de investimento - TEV	2.378	-
Outros	<u>1.246</u>	<u>84</u>
Total	<u>15.779</u>	<u>84</u>

A provisão de baixa do Projeto Barnabé-Bagres foi realizada conforme Nota Explicativa nº 13.

O montante de R\$2.378 se refere à perda resultante da diferença entre os valores originais investidos no TEV e os valores ressarcidos pela CODESP, conforme Nota Explicativa nº 1-k.

## 22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	35.880	28.708	42.434	26.093
Juros de mútuo (*)	505	27.629	-	-
Variações monetárias e cambiais passivas	15.229	41	37.834	4.624
IOF sobre operações de mútuos	571	5.616	1.043	7.177
Pis e Cofins sobre juros sobre capital próprio	-	2.448	-	2.448
Valor justo da operação de <i>Swap</i>	40.324	20.462	43.813	20.462
Outros	<u>154</u>	<u>469</u>	<u>1.836</u>	<u>2.755</u>
<b>Total</b>	<u>92.663</u>	<u>85.373</u>	<u>126.960</u>	<u>63.559</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicação financeira	4.818	11.066	15.901	19.563
Juros de mútuo (*)	3.040	2.660	-	-
Variações monetárias e cambiais ativas	27.803	14.939	51.618	67.741
Valor justo operação <i>Swap</i>	50.879	-	54.172	-
Reversão da provisão de PIS e da Cofins – Lei 9.718/98	-	-	-	7.372
Outros	<u>668</u>	<u>24</u>	<u>2.112</u>	<u>1.655</u>
<b>Total</b>	<u>87.208</u>	<u>28.689</u>	<u>123.803</u>	<u>96.331</u>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 6-a.

## 23 Plano de opção de compra de ações - Controladora

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da controlada Santos-Brasil aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (Plano) para administradores e funcionários de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi migrado da controlada Santos-Brasil para a Companhia.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto por três membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do mesmo Conselho.

O Conselho de Administração ou o Comitê cria, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (Programas), agrupadas em Units (Nota Explicativa nº 19-a), onde são definidos os Beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de Units da Companhia que cada Beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixadas em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário.

O preço das Units a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da opção (Preço de Exercício), é equivalente ao valor médio das Units dos últimos 30 pregões da BOVESPA, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária com base na variação de um índice de preços, e ainda de juros, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, pode conceder aos Beneficiários um desconto de até 15% no Preço de Exercício.

As Units da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de Units, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2010, os Programas em vigência eram os discriminados na tabela a seguir:

<b>Programas</b>	<b>Preços de exercício (*) R\$/Unit</b>	<b>Qtde. de units</b>	<b>Prazos de carência</b>	<b>Prazos de exercício</b>	<b>Valores das opções (*) R\$/Unit</b>
<b>20/10/06 - Programa 2006</b>	20,70	<u>77.165</u>			10,70
- 3º. Lote Anual		77.165	20/10/09	20/10/11	
<b>13/08/07 - Programa 2007</b>	25,67	<u>225.849</u>			12,02
- 2º. Lote Anual		114.191	13/08/09	13/08/11	
- 3º. Lote Anual		111.658	13/08/10	13/08/12	
<b>28/02/08 - Programa 2008</b>	22,23	<u>453.178</u>			10,22
- 1º. Lote Anual		152.110	28/02/09	28/02/11	
- 2º. Lote Anual		152.110	28/02/10	28/02/12	
- 3º. Lote Anual		148.958	28/02/11	28/02/13	
<b>28/02/08 - Programa Complementar 2008</b>	22,23	<u>1.115.760</u>			7,17
- Lote Anual		1.115.760	sem carência	28/02/11	
<b>27/01/09 - Programa 2009</b>	6,59	<u>1.160.923</u>			3,64
- 1º. Lote Anual		390.051	27/01/10	27/01/12	
- 2º. Lote Anual		385.436	27/01/11	27/01/13	
- 3º. Lote Anual		385.436	27/01/12	27/01/14	
<b>27/01/10 - Programa 2010</b>	15,35	<u>597.384</u>			6,77
- 1º. Lote Anual		199.129	09/03/11	09/03/13	
- 2º. Lote Anual		199.129	09/03/12	09/03/14	
- 3º. Lote Anual		<u>199.126</u>	09/03/13	09/03/15	
<b>Total das opções outorgadas</b>		<u>3.630.259</u>			

(\*) Valores originais, nas datas dos programas de outorga das opções.

Em 31 de dezembro de 2010, os Programas vencidos eram os discriminados na tabela a seguir:

<b>Programas</b>	<b>Preços de exercício (*) R\$/Unit</b>	<b>Qtde. de units</b>	<b>Prazos de carência</b>	<b>Prazos de exercício</b>	<b>Valores das opções (*) R\$/Unit</b>
<b>20/10/06 - Programa 2006</b>	20,70	<u>154.328</u>			10,70
- 1º. Lote Anual		77.164	20/10/07	20/10/09	
- 2º. Lote Anual		77.164	20/10/08	20/10/10	
<b>13/08/07 - Programa 2007</b>	25,67	<u>114.191</u>			12,02
- 1º. Lote Anual		114.191	13/08/08	13/08/10	
<b>Total das opções outorgadas</b>		<u>268.519</u>			

(\*) valores originais, nas datas dos programas de outorga das opções.

Em 31 de dezembro de 2010, as opções de compra de ações que caducaram por conta de rescisão contratual de executivos, eram as discriminadas na tabela a seguir:

Programas	Preços de exercício (*) R\$/Unit	Qtde. de units	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valores das opções (*) R\$/Unit
<b>13/08/07 - Programa 2007</b>	25,67	<u>2.532</u>			12,02
- 3º. Lote Anual		2.532	13/08/10	13/08/12	
<b>28/02/08 - Programa 2008</b>	22,23	<u>3.153</u>			10,22
- 3º. Lote Anual		3.153	28/02/11	28/02/13	
<b>27/01/09 - Programa 2009</b>	6,59	<u>9.230</u>			3,64
- 2º. Lote Anual		4.615	27/01/11	27/01/13	
- 3º. Lote Anual		4.615	27/01/12	27/01/14	
<b>27/01/10 - Programa 2010</b>	15,35	<u>7.817</u>			6,77
- 1º. Lote Anual		2.605	09/03/11	09/03/13	
- 2º. Lote Anual		2.605	09/03/12	09/03/14	
- 3º. Lote Anual		<u>2.607</u>	09/03/13	09/03/15	
<b>Total das opções outorgadas</b>		<u>22.732</u>			

(\*) valores originais, nas datas dos programas de outorga das opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, pelas quais as opções poderão ser exercidas em 3 lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

Os prazos de exercício refletem o período de 24 meses, contados a partir dos términos dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

Os custos das opções outorgadas são calculados durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, se considera, no cálculo acima, que 100% das opções serão exercidas.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08, a Companhia reconheceu, à medida que os serviços foram prestados em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R\$4.269 (R\$5.083 em 31 de dezembro de 2009), conforme Nota Explicativa nº 19-b.

Das opções outorgadas vigentes, nenhuma foi exercida até 31 de dezembro de 2010. Caso fossem totalmente exercidas, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 2,69%.

## 24 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

### a. Conciliação da taxa efetiva

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é apresentada a seguir:



	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
<b>Lucro antes da tributação</b>	<b>121.587</b>	<b>69.378</b>	<b>206.474</b>	<b>142.134</b>
Exclusão de equivalência patrimonial	(149.304)	(136.857)	-	-
<b>Lucro antes da tributação ajustado</b>	<b>(27.717)</b>	<b>(67.479)</b>	<b>206.474</b>	<b>142.134</b>
<b>I - Valor base - IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.448)</b>	<b>(22.967)</b>	<b>70.177</b>	<b>48.302</b>
- Alíquota 15 % IRPJ e 9% CSLL	(6.652)	(16.195)	49.554	34.112
- Alíquota adicional 10 % IRPJ com dedução de R\$ 24	(2.796)	(6.772)	20.623	14.189
<b>II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas</b>	<b>(2.702)</b>	<b>10.760</b>	<b>(267)</b>	<b>4.196</b>
- <b>Adições permanentes</b>				
- Remuneração variável da Diretoria			1.884	1.463
- Plano de opção de compra de ações	1.451	1.728	1.451	1.728
- Juros sobre capital próprio recebidos	-	8.997	-	-
- Outras	82	35	633	1.005
- <b>Exclusões permanentes</b>				
- Juros sobre capital próprio pagos	(4.235)	-	(4.235)	-
<b>III - Efeitos dos incentivos fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.325)</b>	<b>(457)</b>
- Incentivos fiscais	-	-	(1.325)	(457)
<b>IV - TAXA EFETIVA</b>				
- <b>IRPJ e CSLL ajustado (I + II + III)</b>	<b>(12.150)</b>	<b>(12.207)</b>	<b>68.585</b>	<b>52.041</b>
- <b>Alíquota efetiva</b>	<b>43,8%</b>	<b>18,1%</b>	<b>33,2%</b>	<b>36,6%</b>
<b>V - Efeitos do IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>21.701</b>	<b>16.458</b>	<b>27.762</b>	<b>26.223</b>
- Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (1)	21.701	9.501	30.474	19.266
- Não contabilização dos efeitos do regime tributário de transição – RTT (1)	-	6.957	-	6.957
- Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (2)	-	-	(2.712)	-
<b>VI - Ajustes extraordinários</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.102)</b>	<b>720</b>
- IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	(1.102)	720
<b>Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado (IV + V + VI)</b>	<b>9.551</b>	<b>4.251</b>	<b>95.245</b>	<b>78.984</b>

(1) Refere-se à Companhia e as controladas Union e Convicon, para as quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos em razão de não se enquadrarem nos critérios para este reconhecimento.

(2) Refere-se à controlada Mesquita, cujos créditos fiscais de exercícios anteriores foram contabilizados em 31 de dezembro de 2010, por passar a se enquadrar nos critérios para esse reconhecimento.

#### ***b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos - Consolidados***

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (iii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

Até 31 de dezembro de 2010, só foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social, sobre as diferenças temporárias, e sobre o RTT, aplicáveis às controladas Santos-Brasil e Mesquita. Na Companhia foram constituídos os impostos fiscais diferidos passivos sobre a operação de *Swap*.

	<u>31.12.2010</u>		<u>31.12.2009</u>		<u>01.01.2009</u>	
<b>Ativo</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.213	437	4.169	2.267	12.936	5.416
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisão para contingências	21.582	7.770	15.912	5.728	14.154	5.095
Outras provisões	8.334	3.001	1.745	628	3.120	1.123
<b>Regime tributário de transição-RTT</b>						
Efeitos do regime tributário de transição	<u>534</u>	<u>193</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Longo prazo	<u>31.663</u>	<u>11.401</u>	<u>21.826</u>	<u>8.623</u>	<u>30.210</u>	<u>11.634</u>

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, as controladas Santos-Brasil e Mesquita, fundamentam o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pela Administração. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente.

Os créditos fiscais diferidos da controlada Santos-Brasil, referentes aos prejuízos fiscais e às bases negativas da CSLL, registrados em 31 de dezembro de 2009, foram totalmente realizados durante o exercício de 2010.

Assim, os créditos fiscais diferidos da controlada Mesquita, referentes aos prejuízos fiscais e às bases negativas da CSLL registrados em 31 de dezembro de 2010, e mantida a expectativa de lucros tributáveis futuros do estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2010, tinham a sua realização projetada conforme segue:

	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>
2011	522	188	710
2012	<u>691</u>	<u>249</u>	<u>940</u>
Total	<u>1.213</u>	<u>437</u>	<u>1.650</u>

A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

	<u>31.12.2010</u>		<u>31.12.2009</u>		<u>01.01.2009</u>	
<b>Passivo</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
<b>Diferenças temporárias</b>						
Operação de <i>Swap</i>	3.784	1.362	3.126	1.126	-	-
<b>Regime tributário de transição - RTT</b>						
Efeitos do regime tributário de transição	<u>58.876</u>	<u>21.197</u>	<u>24.613</u>	<u>8.861</u>	---	---
Longo prazo	<u>62.660</u>	<u>22.559</u>	<u>27.739</u>	<u>9.987</u>	---	---

Os impostos diferidos referentes ao RTT foram constituídos na Companhia, e nas controladas Santos-Brasil, Mesquita e Convicon, principalmente, pelo efeito de amortização dos ágios, e pelo novo critério de depreciação dos equipamentos de carga.

## 25 Resultado por ação

### a. *Lucro básico por ação*

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício de 2009 conforme o quadro a seguir:

	<u>31.12.2010</u>			<u>31.12.2009</u>		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	77.319	34.717	112.036	44.946	20.181	65.127
Quantidade de ações (em milhares) – média ponderada	452.567	203.209	655.776	452.567	203.209	655.776
Resultado por ação básico	0,17084	0,17084	0,17084	0,09931	0,09931	0,09931

### b. *Lucro diluído por ação*

Sobre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	<u>31.12.2010</u>			<u>31.12.2009</u>		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	77.319	34.717	112.036	44.946	20.181	65.127
Quantidade de ações (em milhares) – média ponderada	452.567	203.209	655.776	452.567	203.209	655.776
Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações	3.630	14.521	18.151	3.316	13.265	16.581
Resultado por ação diluído	0,16624	0,16624	0,16624	0,09686	0,09686	0,09686

## 26 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	<b>Controladora</b>		
	<b>31.12.2010</b>		
	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalente de caixa	11.522	-	11.522
Contas a receber de clientes	-	3.700	3.700
Partes relacionadas	-	24.445	24.445
Swap – Credit Suisse	11.600	-	11.600
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	-	12.242	12.242
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e <i>Leasing</i>		12.198	12.198
Cédulas de crédito à exportação- CCE	-	220.098	220.098
Debêntures	-	101.017	101.017
Swap – Banco Itaú	5.988	-	5.988
Swap – Banco BTG Pactual	203	-	203
Partes relacionadas	-	40.933	40.933
<b>Total</b>	<b>29.313</b>	<b>414.633</b>	<b>443.946</b>

	<b>31.12.2009</b>		
	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	158.205	-	158.205
Partes relacionadas	-	33.802	33.802
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	-	66	66
Notas promissórias	-	215.629	215.629
Cédulas de crédito à exportação- CCE	-	248.597	248.597
Swap – Credit Suisse	<u>7.957</u>	<u>-</u>	<u>7.957</u>
Total	<u>166.162</u>	<u>498.094</u>	<u>664.256</u>

	<b>01.01.2009</b>		
	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	67	-	67
Partes relacionadas	-	21.879	21.879
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	-	61	61
Partes relacionadas	<u>-</u>	<u>304.216</u>	<u>304.216</u>
Total	<u>67</u>	<u>326.156</u>	<u>326.223</u>

<b>Consolidado</b>			
<b>31.12.2010</b>			
	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	107.513	-	107.513
Contas a receber de clientes	-	68.484	68.484
Precatórios a receber	-	3.413	3.413
Contas a receber antigos acionistas – Mesquita	-	1.101	1.101
<i>Swap</i> – Credit Suisse	11.600	-	11.600
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e <i>Leasing</i>	-	34.322	34.322
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e <i>Leasing</i>	-	110.827	110.827
Cédulas de crédito à exportação- CCE	-	220.098	220.098
Debêntures	-	101.017	101.017
Fornecedores	-	53.301	53.301
Precatórios a pagar	-	1.457	1.457
<i>Swap</i> – Banco Itaú	8.457	-	8.457
<i>Swap</i> – Banco BTG Pactual	<u>1.214</u>	<u>-</u>	<u>1.214</u>
Total	<u>128.784</u>	<u>594.020</u>	<u>722.804</u>
<b>31.12.2009</b>			
	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	318.163	-	318.163
Contas a receber de clientes	-	51.879	51.879
Precatórios a receber	-	6.708	6.708
Contas a receber antigos acionistas – Mesquita	-	1.493	1.493
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e <i>Leasing</i>	-	18.868	18.868
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e <i>Leasing</i>	-	158.125	158.125

Notas promissórias	-	215.629	215.629
Cédulas de crédito à exportação- CCE	-	248.597	248.597
Fornecedores	-	116.192	116.192
Precatórios a pagar	-	2.910	2.910
Swap – Credit Suisse	<u>7.957</u>	<u>-</u>	<u>7.957</u>
Total	<u>326.120</u>	<u>820.401</u>	<u>1.146.521</u>

**01.01.2009**

	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	167.678	-	167.678
Contas a receber de clientes	-	43.187	43.187
Precatórios a receber	-	9.480	9.480
Contas a receber antigos acionistas – Mesquita	-	4.772	4.772
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e <i>Leasing</i>	-	30.607	30.607
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e <i>Leasing</i>	-	165.524	165.524
Debêntures	-	55.371	55.371
Fornecedores	-	53.832	53.832
Precatórios a pagar	<u>-</u>	<u>4.336</u>	<u>4.336</u>
Total	<u>167.678</u>	<u>367.109</u>	<u>534.787</u>

## **b. Valor justo**

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

### **b.1 - Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2010 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas trimestrais do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&F.

A tabela a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e a coluna “Custo” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Controladora			
						Valor justo		Banco Credit Suisse (*)	
						Dez/10	Dez/09	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de CDI + Pré – Libor + pré + variação cambial	250.000	Set/14	Associado a operação de CCE	13.231	21.364	11.600	(7.957)	100% CDI + 3,5% a.a.	7,95% a.a. +0,50% Libor + Var. Cambial

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa n.º 14.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Banco BTG Pactual (*)			
						Dez/10	Dez/09	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	1.288	Fev/11	Associado a variação cambial	(4.463)	(4.711)	(203)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.



Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Valor justo		Banco Itaú (*)	
						Dez/10	Dez/09	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	77.636	Dez/11	Associado a variação cambial	-	(5.314)	(5.988)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Consolidado		Banco Credit Suisse (*)	
						Dez/10	Dez/09	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de CDI + Pré – Libor+ pré + variação cambial	250.000	Set/14	Associado a operação de CCE	13.231	21.364	11.600	(7.957)	100% CDI + 3,5% a.a.	7,95% a.a. +0,50% Libor + Var. Cambial

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa n.º 14.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE sem nenhum tipo de *Swap* com opção embutida, “gatilho”.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Valor justo		Banco BTG Pactual (*)	
						Dez/10	Dez/09	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	7.731	Fev/11	Associado a variação cambial	(6.892)	(8.023)	(1.214)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Valor justo		Banco Itaú (*)	
						Dez/10	Dez/09	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap de variação cambial + cupom - CDI	112.870	Dez/11	Associado a variação cambial	-	(7.476)	(8.457)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

## ***b.2 - Instrumentos financeiros “não derivativos”***

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

**Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** - Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F e Bloomberg, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual spread bancário por serem considerados irrelevantes.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

**Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras em Fundos de Investimento e CDB's, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31.12.2010</b>	
	<b>Saldo</b>	<b>Valor de</b>
	<b>Contábil</b>	<b>Mercado</b>
<b>Passivo</b>		
Cédulas de crédito à exportação-CCE	220.098	234.631
Debêntures	101.017	103.144
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	<u>12.198</u>	<u>13.662</u>
Total	<u>333.313</u>	<u>351.437</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2010</b>	
	<b>Saldo</b>	<b>Valor de</b>
	<b>Contábil</b>	<b>Mercado</b>
<b>Ativo</b>		
CDB	24.947	24.947
Fundo de investimento	<u>65.753</u>	<u>65.753</u>
Total	<u>90.700</u>	<u>90.700</u>
<b>Passivo</b>		
Cédulas de crédito à exportação-CCE	220.098	234.631
Debêntures	101.017	103.144
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	110.827	143.295
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	<u>34.322</u>	<u>32.561</u>
Total	<u>466.264</u>	<u>481.070</u>

**c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado**

Havia somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

Natureza do saldo	Valor (em R\$)			Moeda
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	303	317	426	US\$
Financiamento Finimp	80.754	106.859	91.947	US\$
Financiamento Finimp	25.002	42.681	73.151	€
Supplier Credit	4.458	7.621	-	€
Leasing	310	647	-	US\$
Total	<u>110.827</u>	<u>158.125</u>	<u>165.524</u>	

**d. Hierarquias de valor justo**

As tabelas abaixo apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Controladora			
	31.12.2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Derivativos de Passivos financeiros</b>				
Swap-CCE	-	11.600	-	11.600
Swap-BTG Pactual	-	(203)	-	(203)
Swap-Itaú	-	(5.988)	-	(5.988)

	Consolidado			
	31.12.2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Derivativos de Passivos financeiros</b>				
Swap-CCE	-	11.600	-	11.600
Swap-BTG Pactual	-	(1.214)	-	(1.214)
Swap-Itaú	-	(8.457)	-	(8.457)

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o período findo em 31 de dezembro de 2010. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2.

**e. Risco de crédito**

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$540, representando 0,78% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2009, esta provisão era de R\$778, equivalentes a 1,48%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

***f. Risco de liquidez***

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos

A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de *Ebtida* e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Vide informações quantitativas na Nota Explicativa nº 14, relacionada a Empréstimos e Financiamentos.

***g. Risco de mercado***

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com desvalorização em relação ao Real de 3,13% e 12,26%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2009.

A empresa mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

***h. Análise de sensibilidade***

**Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração considera os mesmos como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais tomou-se como base 31 de dezembro de 2010.

Operação	Risco	Controladora - Saldos patrimoniais		
		Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	US\$ /Euro	13.846	17.307	20.769
CCE/Swap	US\$	202.216	252.770	303.324
Swap BTG Pactual (ganho)	US\$/CDI	188	(113)	(415)
Swap Itaú (ganho)	US\$/CDI	4.554	(5.039)	(14.635)
Swap Itaú 2º semestre (ganho)	US\$/CDI	757	(8.307)	(17.372)
Taxas				
US\$		1,67	2,08	2,50
Euro		2,23	2,79	3,34

Operação	Risco	Consolidado - Saldos patrimoniais		
		Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	US\$ /Euro	112.476	140.594	168.713
CCE/Swap	US\$	202.216	252.770	303.324
Swap BTG Pactual (ganho)	US\$/CDI	1.131	(681)	(2.493)
Swap Itaú (ganho)	US\$/CDI	6.320	(6.991)	(20.303)
Swap Itaú (ganho)	US\$/CDI	1.156	(12.688)	(26.533)
Taxas				
US\$		1,67	2,08	2,50
Euro		2,23	2,79	3,34

A Administração não considerou como variáveis de risco as taxas de juros, entendendo que as mesmas não têm tendência em apresentar oscilações relevantes.

## 27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2010, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Consolidado		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011
<b>SANTOS-BRASIL</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	18.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
Transporte de Mercadorias	2.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011
<b>Administradores e Diretores</b>			
Responsabilidade Civil - D&O	30.000	R\$	Jun/2011
<b>Riscos Nomeados– Escritórios</b>			
Santos e São Paulo	3.700	R\$	Abr/2011
<b>Transporte de Passageiros em Embarcações</b>			
Responsabilidade Civil	1.000	R\$	Jul/2011
Danos Morais	200	R\$	Jul/2011
<b>Frota</b>			
Seguro da Frota de Veículos (47 veículos) (RCF)	50	R\$	Out/2011
Seguro da Frota de Veículos (47 veículos) (APP)	10	R\$	Out/2011
<b>MESQUITA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	50.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	17.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
Transporte de Mercadorias	2.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Ampla para CD São Bernardo do Campo	50.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Ampla para CD Jaguaré	30.000	US\$	Jan/ 2011
<b>Danos Elétricos</b>	250	US\$	Jan/2011
<b>Transporte Rodoviário de Carga – RCTR-C</b>	4.000	R\$	Jun/2011
<b>Furto e Desvio de Carga – RCF-DC</b>	2.000	R\$	Jun/2011
<b>Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa</b>			
RCF - Danos Materiais	200	R\$	Jun/2011
RCF - Danos Pessoais	700	R\$	Jun/2011
RCF - Danos Morais	90	R\$	Jun/2011
<b>CONVICON</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	5.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011
<b>UNION</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011

Bens Móveis e Imóveis	5.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil – Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	<b>600</b>	<b>US\$</b>	<b>Jan/2011</b>

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 28 Informações sobre os segmentos

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações que abaixo integram esta nota explicativa, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações, seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e se reportando à Diretoria Estatutária. Da mesma forma são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme Nota Explicativa nº 3.

Os segmentos operacionais são:

**Terminais Portuários de Contêineres**, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) Tecon Santos, (ii) Tecon Imbituba, incluindo o Terminal de Carga Geral e (iii) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão na Notas Explicativas nº 1-a, 1-c, 1-d e 1-e. As suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por se tratarem de unidades de semelhantes características econômicas e, também, semelhantes (i) natureza dos processos de produção, (ii) tipo ou categoria de clientes dos seus serviços, (iii) métodos usados para prestar os serviços e (iv) natureza do ambiente regulatório.

**Logística**, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo e Imbituba, com contexto operacional descrito na Nota Explicativa nº 1-b, engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

**Terminal de Veículos**, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na Nota Explicativa nº 1-k, engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

As demonstrações são:

**Demonstração do Resultado até o EBITDA** – *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nesta demonstração também é apresentado o *EBIT* – *Earnings before interest and taxes*;

**Demonstração do Capital Empregado**, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações, as informações das **atividades corporativas** que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados (i) à administração central, (ii) à gestão financeira e (iii) aos tributos diretos sobre o lucro. Estão, também, no grupo corporativo, os valores relacionados à premiação pelo resultado, incluindo o plano de remuneração baseado em ações.

Seguem, as demonstrações citadas, para os períodos a que se referem estas demonstrações financeiras.

#### **Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional – 31.12.2010**

Contas	Terminais portuários	Logística	Terminal de veículos	Corporativo	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	787.188	165.486	30.577	-	(596)	982.655
Deduções da receita	88.647	23.912	4.618	-	(55)	117.122
Receita operacional líquida	698.541	141.574	25.959	-	(541)	865.533
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>391.310</b>	<b>105.056</b>	<b>21.957</b>	-	<b>(541)</b>	<b>517.782</b>
Custos variáveis/fixos	322.295	100.974	12.888	-	(541)	435.616
Depreciação/amortização	69.015	4.082	9.069	-	-	82.166
<b>Lucro bruto</b>	<b>307.231</b>	<b>36.518</b>	<b>4.002</b>	-	-	<b>347.751</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>53.518</b>	<b>20.664</b>	<b>120</b>	<b>63.818</b>	-	<b>138.120</b>
Despesas com vendas	12.986	9.976	17	-	-	22.979
Despesas gerais e adm.	37.088	10.640	103	35.557	-	83.388
Depreciação/amortização	1.397	375	-	16.523	-	18.295
Outras	2.047	(327)	-	11.738	-	13.458
<b>EBIT</b>	<b>253.713</b>	<b>15.854</b>	<b>3.882</b>	<b>(63.818)</b>	-	<b>209.631</b>
Depreciação/amortização	70.412	4.457	9.069	16.523	-	100.461
<b>EBITDA</b>	<b>324.125</b>	<b>20.311</b>	<b>12.951</b>	<b>(47.295)</b>	-	<b>310.092</b>
Resultado financeiro	-	-	-	3.157	-	3.157
IRPJ / CSLL	-	-	-	95.245	-	95.245
Participação de não controladores	-	-	-	(807)	-	(807)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>112.036</b>

O Terminal de Veículos passou a ser considerado segmento operacional em 4 de janeiro de 2010, quando a controlada Union assumiu as suas operações, conforme contrato de arrendamento (Nota Explicativa nº 1-k). No exercício de 2009, usado como comparativo, as operações do Terminal de Veículos estão representadas no segmento operacional Terminais de Portuários de Contêineres, que inclui a controlada Santos-Brasil, estão operadora como permissionária do TPU que regulamentava o referido terminal.



## Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional –31.12.2009

Contas	Terminais portuários	Logística	Terminal de veículos	Corporativo	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	611.613	132.661	-	-	(551)	743.723
Deduções da receita	64.212	18.779	-	-	(51)	82.940
Receita operacional líquida	547.401	113.882	-	-	(500)	660.783
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>348.383</b>	<b>84.954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(500)</b>	<b>432.837</b>
Custos variáveis/fixos	261.758	79.356	-	-	(500)	340.614
Depreciação/amortização	86.625	5.598	-	-	-	92.223
<b>Lucro bruto</b>	<b>199.018</b>	<b>28.928</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>227.946</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>50.098</b>	<b>17.795</b>	<b>-</b>	<b>50.691</b>	<b>-</b>	<b>118.584</b>
Despesas com vendas	10.291	7.287	-	-	-	17.578
Despesas gerais e adm.	39.763	11.265	-	33.711	-	84.739
Depreciação/amortização	1.097	337	-	16.818	-	18.252
Outras	(1.053)	(1.094)	-	162	-	(1.985)
<b>EBIT</b>	<b>148.920</b>	<b>11.133</b>	<b>-</b>	<b>(50.691)</b>	<b>-</b>	<b>109.362</b>
Depreciação/amortização	87.722	5.935	-	16.818	-	110.475
<b>EBITDA</b>	<b>236.642</b>	<b>17.068</b>	<b>-</b>	<b>(33.873)</b>	<b>-</b>	<b>219.837</b>
Resultado financeiro	-	-	-	(32.772)	-	(32.772)
IRPJ / CSLL	-	-	-	78.984	-	78.984
Participação de não controladores	-	-	-	(1.977)	-	(1.977)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>65.127</b>

### Maior Cliente

Em 31 de dezembro de 2010, as receitas de um cliente do segmento de Terminais Portuários representam aproximadamente R\$140.300 (R\$105.400 em 31 de dezembro de 2009), representando 14,3% do total da receita bruta consolidada.





## Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional – 01.01.2009

Contas	Terminais portuários	Logística	Terminal de veículos	Corporativo	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	46.208	10.023	-	176.530	(824)	231.937
Disponibilidades	-	-	-	167.678	-	167.678
Outros	46.208	10.023	-	8.852	(824)	64.259
Ativo não circulante	980.030	119.623	-	1.559.217	(1.320.711)	1.338.159
Realizável longo prazo	68.632	5.395	-	43.923	-	117.950
Investimento	-	-	-	1.320.711	(1.320.711)	-
Imobilizado	699.975	75.167	-	-	-	775.142
Intangível	211.423	39.061	-	194.583	-	445.067
Passivo circulante	(89.521)	(18.799)	-	(8.902)	826	(116.396)
Fornecedores	(48.236)	(5.530)	-	(66)	-	(53.832)
Outros	(41.285)	(13.269)	-	(8.836)	826	(62.564)
Passivo não circulante	(57.788)	(5.287)	-	-	-	(63.075)
Provisão contingências	(57.788)	(4.849)	-	-	-	(62.637)
Outros	-	(438)	-	-	-	(438)
<b>CAPITAL EMPREGADO</b>	<b>878.929</b>	<b>105.560</b>	<b>-</b>	<b>1.726.845</b>	<b>(1.320.709)</b>	<b>1.390.625</b>
Ativo circulante	-	-	-	-	-	(3.215)
Outros	-	-	-	-	-	(3.215)
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	(11.734)
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	(11.734)
Passivo circulante	-	-	-	-	-	134.418
Endividamento	-	-	-	-	-	113.399
Dividendos/JSCP	-	-	-	-	-	18.000
Outras obrigações	-	-	-	-	-	3.019
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	144.995
Endividamento	-	-	-	-	-	138.103
Outras obrigações	-	-	-	-	-	6.892
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(99)
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.126.260
<b>FONTES DE CAPITAL</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>1.390.625</b>

## 29 Explicação de transição para as IFRS

Como relatado na Nota Explicativa nº 2.1, estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas preparadas de acordo com as IFRS.

As políticas contábeis estabelecidas na Nota Explicativa nº 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

**Conciliação entre o patrimônio líquido e o resultado do período elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.**

### 29.1 Transição das políticas contábeis

	Controladora 31.12.2009			Consolidado 31.12.2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
<b>Ativo</b>						
Investimentos	1.351.534	23.706	1.375.240			-
Imobilizado			-	883.797	35.918	919.715
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<u>1.351.534</u>	<u>23.706</u>	<u>1.375.240</u>	<u>883.797</u>	<u>35.918</u>	<u>919.715</u>
<b>Total do Ativo</b>	<u>1.351.534</u>	<u>23.706</u>	<u>1.375.240</u>	<u>883.797</u>	<u>35.918</u>	<u>919.715</u>
	Controladora 31.12.2009			Consolidado 31.12.2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
<b>Passivo</b>						
Passivo fiscal diferido	-	-	-	25.514	12.212	37.726
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	-	-	-	25.514	12.212	37.726

<b>Patrimônio líquido</b>						
Reservas de lucros	<u>49.688</u>	<u>23.706</u>	<u>73.394</u>	<u>49.688</u>	<u>23.706</u>	<u>73.394</u>
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<u>49.688</u>	<u>23.706</u>	<u>73.394</u>	<u>49.688</u>	<u>23.706</u>	<u>73.394</u>
<b>Total patrimônio líquido</b>	<u>49.688</u>	<u>23.706</u>	<u>73.394</u>	<u>49.688</u>	<u>23.706</u>	<u>73.394</u>
<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>	<u>49.688</u>	<u>23.706</u>	<u>73.394</u>	<u>75.202</u>	<u>35.918</u>	<u>111.120</u>

<b>Composição dos ajustes</b>	<b>31.12.2009</b>
Capitalização dos custos de empréstimos	36.349
Depreciação do ajuste acima sobre imobilizado	(431)
Efeito IRPJ / CSLL Diferidos - RTT	(12.212)
<b>Ajuste líquido</b>	<b>23.706</b>

***Demonstração dos ajustes efetuados no resultado do exercício de 2009:***

	<u>Controladora 31.12.2009</u>			<u>Consolidado 31.12.2009</u>		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Custo dos serviços prestados	=	=	=	<u>(432.406)</u>	<u>(431)</u>	<u>(432.837)</u>
Receitas financeiras	-	-	-	74.994	21.337	96.331
Despesas financeiras	=	=	=	<u>(78.571)</u>	<u>15.012</u>	<u>(63.559)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	=	=	=	<u>(3.577)</u>	<u>36.349</u>	<u>32.772</u>
Resultado de equivalência patrimonial	113.151	23.706	136.857	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	-	(37.007)	(12.212)	(49.219)
<b>Resultado atribuível aos:</b>						
Acionistas controladores	41.421	23.706	65.127	41.421	23.706	65.127
<b>Resultado do exercício</b>	<u>41.421</u>	<u>23.706</u>	<u>65.127</u>	<u>41.421</u>	<u>23.706</u>	<u>65.127</u>

No balanço de adoção aos IFRS, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa dos IFRS, conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 37, e estão apresentadas a seguir:

**a. Combinações de negócios**

A Administração da Companhia decidiu não reavaliar as combinações de negócios ocorridas antes de 1º de janeiro de 2009 mantendo-se os mesmos procedimentos de avaliação, mensuração previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

**b. Adoção do valor justo como custo atribuído para os ativos fixos**

A Administração da Companhia e de suas controladas optaram por não atribuir valor ao valor residual contábil de seus ativos fixos (tangíveis e intangíveis) para deixá-los próximos ao valor justo (“*deemed cost*”), uma vez que entenderam que seus valores líquidos em 1º de janeiro de 2009 não divergiam significativamente dos valores que seriam obtidos caso fossem apresentados a valor justo, pelas razões descritas a seguir.

Conforme Nota Explicativa nº 12, em 1º de janeiro de 2009, o valor líquido do imobilizado estava representado em 91% pelos grupos (i) benfeitorias em imóveis de terceiros, com representação de 20%, (ii) equipamentos de movimentação de carga de 20%, (iii) imobilizações em andamento de 44%, e (iv) terrenos e imóveis de 7%.

Dos valores das benfeitorias em imóveis de terceiros, na data acima, 99% estavam relacionadas aos contratos de arrendamento do Tecon Santos, Tecon Imbituba e Tecon Vila do Conde. Conceitualmente, os valores contábeis dessas benfeitorias já representam os valores justos.

Os equipamentos de movimentação de carga têm histórico de aquisição recente, pois a partir do exercício social de 2006 foi intensificado o programa de expansão e atualização tecnológica do Tecon Santos, visando o atendimento ao crescimento do mercado e a maior eficiência nas suas operações, com a aquisição de guindastes tipo pórtico de última geração (*Twin Pick*) para as operações no cais e de guindastes sobre rodas (*Rubber Tyre Gantry – RTG*) para as operações no pátio de armazenagem. No exercício de 2008, o Tecon Imbituba e o Tecon Vila do Conde foram incluídos, com a aquisição de guindastes tipo *Mobile Harbour Crane – MHC*. O valor líquido contábil desses bens, em 1º de janeiro de 2009, era de R\$ 107.960, representando cerca de 71% do total do grupo de equipamentos de movimentação de carga. Esse plano de expansão e atualização tecnológica está em andamento, também com a substituição dos equipamentos de menor eficiência, elevando a representação citada acima, para cerca de 82% em 31 de dezembro de 2010. Cumpre, também, ressaltar, que os equipamentos empregados nas nossas atividades portuárias, principalmente os guindastes tipo pórtico, são equipamentos de grande porte fabricados sob encomenda para as características das nossas operações.

As imobilizações em andamento têm como característica própria deste grupo, a representação por aquisições de bens e serviços recentes para a formação de ativo para entrada futura em operação e, portanto, os seus valores contábeis podem ser considerados como atualizados a valor de mercado.

Dos valores dos terrenos e imóveis, 87% estavam relacionados ao valor de aquisição da controlada Mesquita, em 31 de outubro de 2007. Na formação do preço da aquisição do controle, os terrenos e imóveis foram avaliados a preço de mercado, conforme laudos técnicos apresentados.

**c. Classificação dos instrumentos financeiros previamente reconhecidos**

A Administração da Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros, de acordo com o CPC nº 38 e CPC nº 39, em 1º de janeiro de 2009, não efetuando análises retrospectivas considerando a data de contratação dos respectivos instrumentos. No entanto, ao utilizar tal opção, não houve nenhuma mudança na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros previamente reconhecidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**d. Pagamento baseado em ações**

A Companhia não possuía pagamentos baseados em ações concedidos antes de 7 de novembro de 2002 cujo exercício tenha ocorrido antes de 1º de janeiro de 2005.

As demais isenções opcionais, quais sejam, contratos de seguro, *leasings*, concessões e capitalização de juros sobre empréstimos, não foram utilizadas.

**e. Reclassificações**

Visando adequar a forma de apresentação:

- (i) as aplicações financeiras que antes eram apresentadas individualmente estão reclassificada para caixa e equivalentes de caixa;
- (ii) o imposto de renda e contribuição social diferidos que antes eram apresentados no passivo circulante, ambos foram reclassificados para o não circulante;
- (iii) os depósitos judiciais que antes eram apresentados no passivo não circulante foram reclassificados para o ativo não circulante;
- (iv) as provisões de férias e gratificação a funcionários que antes eram apresentadas na conta de provisões foram reclassificadas para a conta de salários e obrigações sociais.

**Exceções mandatórias quanto à aplicação retrospectiva das IFRS**

As seguintes proibições quanto à aplicação retrospectiva das IFRS foram observadas pela Companhia e suas controladas.

**a. Instrumentos financeiros não derivativos previamente baixados**

Não houve reconhecimento de instrumentos financeiros não derivativos previamente baixados em 1º de janeiro de 2009.

**b. Estimativas**

A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



## 29.2 Transição das políticas contábeis – efeitos nas informações trimestrais

	Controladora			
Composição do ajuste	31.03.2009	30.06.2009	30.09.2009	31.12.2009
Resultado de equivalência patrimonial	<u>3.888</u>	<u>15.222</u>	<u>21.574</u>	<u>23.706</u>
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b><u>3.888</u></b>	<b><u>15.222</u></b>	<b><u>21.574</u></b>	<b><u>23.706</u></b>

	Consolidado			
Composição dos ajustes	31.03.2009	30.06.2009	30.09.2009	31.12.2009
Capitalização dos custos de empréstimos	582	5.208	12.181	15.012
Efeito IRPJ / CSLL Diferidos – RTT	<u>(198)</u>	<u>(1.771)</u>	<u>(4.142)</u>	<u>(5.104)</u>
<b>Ajuste líquido</b>	<b>384</b>	<b>3.437</b>	<b>8.039</b>	<b>9.908</b>
Exclusão da capitalização de variação cambial ativa	3.278	17.885	20.716	21.337
Depreciação do ajuste acima sobre o imobilizado	-	(29)	(207)	(431)
Efeito IRPJ / CSLL Diferidos – RTT	<u>(1.114)</u>	<u>(6.071)</u>	<u>(6.973)</u>	<u>(7.108)</u>
<b>Ajuste líquido</b>	<b>2.164</b>	<b>11.785</b>	<b>13.536</b>	<b>13.798</b>
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b><u>2.548</u></b>	<b><u>15.222</u></b>	<b><u>21.575</u></b>	<b><u>23.706</u></b>

	Controladora			
Composição dos ajustes	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010	31.12.2010
Resultado de equivalência patrimonial	(351)	(704)	(1.056)	(1.409)
Capitalização dos custos de empréstimos	3.610	7.221	10.831	14.441
Efeito IRPJ / CSLL Diferidos – RTT	<u>(1.227)</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(3.682)</u>	<u>(4.910)</u>
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b><u>2.032</u></b>	<b><u>4.063</u></b>	<b><u>6.093</u></b>	<b><u>8.122</u></b>

	Consolidado			
Composição dos ajustes	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010	31.12.2010
Capitalização dos custos de empréstimos	3.610	7.221	10.831	14.441
Depreciação do ajuste acima sobre o imobilizado	(121)	(242)	(363)	(484)
Efeito IRPJ / CSLL Diferidos – RTT	<u>(1.185)</u>	<u>(2.372)</u>	<u>(3.558)</u>	<u>(4.745)</u>
<b>Ajuste líquido</b>	<b>2.304</b>	<b>4.607</b>	<b>6.910</b>	<b>9.212</b>
Depreciação sobre a exclusão da capitalização de 2009	(413)	(826)	(1.239)	(1.652)
Efeito IRPJ / CSLL Diferidos – RTT	<u>140</u>	<u>281</u>	<u>421</u>	<u>562</u>
<b>Ajuste líquido</b>	<b>(273)</b>	<b>(545)</b>	<b>(818)</b>	<b>(1.090)</b>
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b><u>2.031</u></b>	<b><u>4.062</u></b>	<b><u>6.092</u></b>	<b><u>8.122</u></b>

**Resumo acumulado dos ajustes no patrimônio líquido**

	<b>31.12.2009</b>	<b>31.12.2010</b>
Ajuste totais nos exercícios	<u>23.706</u>	<u>8.122</u>
Ajuste acumulado no patrimônio líquido	<u>23.706</u>	<u>31.828</u>

**30 Explicação dos principais efeitos de adoção de novas normas no BRGAAP**

A Companhia adotou as normas do CPC descritas a seguir, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação destas normas (“novas normas”) não impactou nos montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

**Normas CPC adotadas no exercício de 2010.**

CPC 16 - Estoques  
CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada  
CPC 20 - Custos de Empréstimos  
CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8)  
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro  
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes  
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis  
CPC 27 - Ativo Imobilizado  
CPC 30 - Receitas  
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro  
CPC 33 - Benefícios a Empregados  
CPC 36 - Demonstrações Consolidadas  
CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade  
CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração  
CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação  
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação  
CPC 41 - Resultado por Ação  
CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43  
ICPC 01 - Contratos de Concessão  
ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil  
ICPC 04 - Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações  
ICPC 05 - CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria  
ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos  
ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial  
ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o Pronunciamento Técnico CPC 27 e 28.

### **Conselho de Administração**

Arthur Joaquim de Carvalho (Presidente)  
Richard Klien (Vice-Presidente)  
Verônica Valente Dantas  
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim  
José Raul Sant'Anna  
Andreas Klien  
Alcides Lopes Tápias (Independente)  
Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)  
Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

### **Suplentes**

Marcos Nascimento Ferreira  
Fabio Perrone Campos Mello  
Eduardo Penido Monteiro  
Norberto Aguiar Tomaz  
Itamar Benigno Filho  
Guido Vinci

### **Diretoria**

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente  
Washington Cristiano Kato - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores  
Caio Marcelo Morel Correa - Diretor de Operações  
Mauro Santos Salgado - Diretor Administrativo

### **Conselho Fiscal**

Gilberto Braga (Presidente)  
Leonardo Guimarães Pinto  
Antonio Carlos Pinto de Azeredo  
Eduardo Grande Bittencourt

### **Suplentes**

Marcello Martins Rodrigues  
André Gusmão Carneiro Pinto  
Mauro Ormeu Cardoso Amorelli  
Artur Carlos das Neves

Luiz Carlos Quene TC/CRC 1SP192166/O-6